



especial 15 anos

revista vernáculo

nº. 35, 1º sem./ 2015



Revista Vernáculo

Número 35, 1º sem/2015

Especial 15 anos da Revista Vernáculo

Organizador

Hilton Costa

Dossiê: Cultura, História e Identidades no Medievo

Organizadora

Monah Nascimento Pereira

Edição do Número

Hilton Costa

Capa

Ana Paula Bellenzier

Crédito das imagens

Street art, artista: **Banksy**

Técnica: stencil

<http://banksystreetart.tumblr.com/page/6>

Street art, artista: **rnst**

Título: made in china

Técnica: serigrafia

<http://rnst.fr/print/in-street/>

Street art, artista: **Frank Shepard Fairey**

Técnica mista

<http://www.puppiesandflowers.com/?p=4082>

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Corpo Editorial

Alysson de Avila Costa, Bruna Boni Hess, Francielle de Souza, Frederico Custodio Pinheiro da Silva, Hilton Costa, Larissa Urquiza Perez de Moraes, Leonardo Brandão Barleta, Monah Nascimento Pereira

Conselho Consultivo

Allan de Paula Oliveira (UNIOESTE-PR)	(UEM-PR)
Andréa Carla Doré (UFPR)	Gabriel Santos Berute (UNISINOS)
André Akamine Ribas (UFPR)	Jonas Wilson Pegoraro (UNICURITIBA)
André Luiz Cavazzani (UFPR)	Lennita Oliveira Ruggi (UFPR)
Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)	Lise Fernanda Sedrez (UFRJ)
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)	Lorena Avellar de Muniagurria (USP)
Bruno de Macedo Zorek (UNICAMP-SP)	Lúcio Souza Lobo (UFPR)
Camila Jansen de Mello de Santana (UEPG-PR)	Marcelo Fronza (UFMT)
Carlos Eduardo Suprinyak (UFMG)	Márcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE-PR)
Caue Kruger (PUC-PR)	Marcos Luís Ehrhardt (UNIOESTE-PR)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)	Martha Daisson Hameister (UFPR)
Elaine Cristina Senko (UFPR)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE-PR)
Erivan Cassiano Karvat (UEPG-PR)	Roberto Guedes Ferreira (UFRRJ)
Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)	Rodrigo Turin (UNIRIO-RJ)
Fagner Carniel	Tiago Luis Gil (UnB)

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Sumário

Revista Vernáculo 15 anos, um editorial

Alysson de Avila Costa

Francielle de Souza

Hilton Costa..... 6

Especial 15 Anos

Memorial Vernacular

Jonas Wilson Pegoraro 9

Depoimento sobre a participação na Revista Vernáculo

Lukas Gabriel Gryzbowski 13

Um sonho bom

Natally Nobre 18

A Revista Vernáculo como propagadora do saber histórico: depoimento

Vernáculo 15 anos

Elaine Cristina Senko 21

Dificuldades materiais para estimular a produção de graduandos

Rogério Pereira da Cunha 24

Vernáculo – 15 anos

Alysson de Avila Costa 26

Minha experiência na Vernáculo

Francielle de Souza 28

Vernaculares: três momentos (?)

Hilton Costa..... 30

Dossiê: Cultura, História e Identidades no Medievo

Dossiê História e Identidades no Medievo

Monah Nascimento Pereira 35

O <i>Espelho dos Reis</i> (1341-1344) de Frei Álvaro Pelayo: alguns apontamentos sobre identidade, história e cultura	
Leonardo Girardi	38
Trovadores e jograis: mester de identidade sociocultural	
Ana Luiza Mendes	63
Religião, identidade e prática política no reinado de Alfred de Wessex (871-899)	
Monah Nascimento Pereira	88
Identidades, cultura e política nas cantigas de Afonso X o Sábio (1252 – 1284).	
Mateus Sokolowski	109

Impressões de Leitura

Florestan Fernandes: A função social da guerra na sociedade Tupinambá	
Douglas Menezes de Oliveira	134

Revista Vernáculo 15 anos, um editorial

Alysson de Avila Costa¹

Francielle de Souza²

Hilton Costa³

O presente número da Revista Vernáculo marca algo deveras impressionante: os 15 anos deste periódico! Uma das primeiras revistas voltadas para discentes de graduação do Brasil fecha uma década e meia de existência. Das primeiras reuniões para formar a Revista no já distante ano de 2000 (talvez elas já tivessem ocorridos algumas em 1999) aos percalços do final da primeira década do século XXI a Vernáculo se mantém. Não sabemos neste momento o quanto da ideia original formulada por Allan de Paula Oliveira, Fernando Nicollazi, Laís Helena Telles, Mauricio Ouyama, Rafael Faraco Benthien, Rodrigo Turin e Victor Graciotto se mantém. No entanto, podemos afirmar categoricamente que a essência da Revista continua intacta: ser um espaço de divulgação da produção intelectual de discentes de graduação.

Os primeiros números da Vernáculo contavam com um editorial, esta prática, por algum motivo, foi deixada de lado, mas para

¹ Graduado em História, UFPR, 2013.

² Graduanda em História, UFPR.

³ Graduado em História e Ciências Sociais UFPR, mestre em História UFRGS, Doutor em História UFPR.

este número mostrou-se necessário retomá-la. Este número que comemora os 15 anos da Revista pede um editorial, entre outros motivos, para prestarmos nosso agradecimento a uma série de pessoas que nos ajudaram nos últimos anos para que pudéssemos colocar em ordem a periodicidade da Vernáculo.

Assim sendo, agradecemos a Natally Nobre, Lukas Gabriel Gryzbowski e ao Leonardo Barleta que foram responsáveis pela digitalização da Revista, sem esta ação colocar a Vernáculo “em dia” seria ainda mais difícil. É de fundamental importância agradecer as pessoas que dispuseram em organizar os dossiês, essenciais, para periodização do periódico: Hector Guerra Hernandez (número 30), Fagner Carniel (número 31), Lennita Oliveira Ruggi (número 32), Karla Gobo (número 33), Ludmila Andrzejewski Culpi (número 33), Márcio Antonio Both (número 34) e Monah Pereira (número 35). E também é importante dizer muito obrigado a Thays Almeida Monticelli e Katiucya Perigo responsáveis por dossiês que ainda serão publicados, mas que já estão preparados.

Gostaríamos também dizer muito obrigado a Ana Paula Bellenzier que vem elaborando as capas da Revista Vernáculo.

A todas e todos que colaboraram e que colaboram para a manutenção deste periódico enviando seus artigos, fazendo pareceres, indicando-o para leitura o nosso muito obrigado!

Especial 15

Anos

Memorial Vernacular

Jonas Wilson Pegoraro¹

Fazer um memorial sobre minha participação na Vernáculo, esse foi o desafio proposto pelo Hilton.

Bom, em 2002, ocorreu um processo natural, a saída de grande parte dos membros fundadores da Revista. Estavam dando seguimento a suas carreiras (e suas vidas), já no mestrado ou doutorado, ou em outras atividades. Foi o momento que pedi, não sei bem se para o Rafael ou para o próprio Hilton, para participar da Revista. Desde o momento de sua criação tinha orgulho da Revista, da realização dos meus amigos, da proposta feita por eles e que hoje ainda vive.

Naquela época, 12 anos atrás, tínhamos um patrocinador, o Eleotério, que por sua vez nos colocou em contato com a uma editora, que por sua vez tinha apoio político governamental e iria imprimir a revista (que tinha uma tiragem impressa) na Imprensa Oficial. Eis o nosso problema, o "telefone sem fio". Os autores já haviam enviado suas produções, nós já havíamos selecionado o material que seria publicado, já havíamos diagramado, mas para sair de fato no papel

¹ Doutorando em História UFPR, professor no TECPUC.

foram necessários 3 anos e duas impressões falhas, além de muitas, muitas reuniões.

Contarei a respeito da primeira tentativa de impressão.

Após batalhar e muito com os sistemas operacionais, diga-se o Windows e suas ferramentas para diagramação, salvamos em um CD a primeira versão original.

Levamos à editora, deixamos a versão imaginando que em pouco tempo sairia à revista. Passaram dois meses sem qualquer resposta, por mais que insistíssemos em ter notícias, até que informaram que haviam perdido o CD.

Salvamos outra versão, levamos lá.

Meses se passaram.

Insistimos.

Nada.

Fizemos uma nova reunião e falei que eu mesmo levaria na gráfica o CD.

Tudo acertado.

Fui à Imprensa Oficial.

Chegando lá, ninguém sabia da impressão de revista nenhuma. Ligações. "Tá bom meninos, vamos fazer!".

Naquele momento cometi um erro amador. Não tinha transformado o arquivo em pdf, logo ao abrirem na Imprensa tudo desconfigurou.

No dia que fui pegar o material levei o César e o Fernando Kowalski comigo, pois a tiragem era de 500 números (estávamos sendo patrocinados, então nos orientaram a fazer um volume grande).

Vários pacotes. Fomos para a Universidade.

Abrimos um desses pacotes e a decepção com o erro.

Chegamos a debater se iríamos ou não "vender" a revista, até que a razão do Rafael nos fez ver que o ideal seria descartar o material.

Enquanto debatíamos sobre o destino das revistas erradas, levei todas para casa de meus pais, guardei no depósito e lá ficaram por um ano.

Um dia, injuriado por ter 500 números da Revista Vernáculo em sua casa, e já sabendo que iriam ser descartadas, meu pai conversou com um senhor que reciclava papel (popularmente conhecido como "carroceiro"). E lá se foram as revistas patrocinadas.

Só conseguimos imprimir e distribuir a revista um ano depois do descarte, ou seja, três anos depois de darmos início aquele número. Acho que foi o momento mais atribulado da Vernáculo.

Porém, uma coisa é certa. Continuo com muito orgulho da revista.

Revista que ainda me acolhe, já que, não faz muito, publicou um artigo meu.

Aproveito para agradecer ao Hilton, Rafael, Fernando, César, Leonardo, pelas memórias, experiências e vivências que a Revista me proporcionou.

E quem sabe ainda me proporcione mais.

Jonas Wilson Pegoraro

Outubro/2014

Depoimento sobre a participação na Revista Vernáculo

Lukas Gabriel Gryzbowski¹

Nos idos de 2007 a Revista Vernáculo parecia estar ameaçada em sua existência. O corpo editorial que até então comandava o periódico havia de certo modo debandado (formaturas, empregos, mestrados que os conduziram a outros caminhos) sem que um novo grupo assumisse o periódico efetivamente. Junto a isso os problemas de ordem financeira para sustentar uma revista impressa pelos discentes do curso de História da UFPR – que naquele momento carecia de dinheiro mesmo para papel higiênico – agravaram a situação e já se acumulavam alguns números sem publicação. Neste contexto juntaram-se alguns alunos para tentar reanimar a revista. A iniciativa foi conjunta entre bolsistas do CEDOPE – sempre tão ativo nas atividades discentes de pesquisa acadêmica na UFPR – e do NEMED, seus “vizinhos” de corredor, no sétimo andar do Ed. D. Pedro I, na Reitoria.

Lembro-me que a Natally Nobre Guimarães me abordou certo dia na sala do NEMED e começamos a conversar a respeito da Revista Vernáculo e das possibilidades de reanimarmos o periódico. A essa

¹ Comissão Editorial entre 2007-2009. Doutor pela Universität Hamburg. Professor visitante para a disciplina de história social da família na pós-graduação lato sensu oferecida pela ONG Eirene do Brasil.

altura eu já estava no mestrado e me preparando para um doutorado no exterior. Ainda assim achei a conversa estimulante e a proposta muito importante. Começamos então a ver quais as possibilidades de levarmos adiante a proposta do periódico. Grande parte das discussões foi sendo realizada informalmente nos intervalos “do cafezinho” em que eu e a Natally nos encontrávamos para ver os progressos. A essa altura havíamos concluído que uma forma de reavivar a revista seria a digitalização do material dos anos já impressos e a disponibilização desse material online. Por trás dessa decisão estava a ideia de transformar a Vernáculo em um periódico digital de acesso online. A UFPR tinha a possibilidade de nos fornecer um domínio institucional para que passássemos a publicar a revista digitalmente. Obra da Natally foi correr atrás das informações, conversar com os funcionários e conseguir para a Revista Vernáculo um espaço em meio aos periódicos da universidade. Enquanto isso eu passei a digitalizar todos os números que tínhamos em mãos e a buscar os volumes que nos faltavam, tarefa um tanto complexa, uma vez que a política da UFPR impede o empréstimo de periódicos das bibliotecas e ao mesmo tempo não disponibiliza um scanner para o uso dos alunos – ao menos esse era o quadro em 2007. Com esse trabalho passava a ficar cada vez mais claro que “a coisa tava ficando séria”, de modo que a Natally e eu conversamos sobre a necessidade de formarmos um verdadeiro corpo editorial, incluindo aí diversos alunos do curso nas funções que

precisavam ser conduzidas. Minha preocupação pessoal nesse momento era já a que eu não estaria muito mais tempo na UFPR de modo que temia em breve deixar a Natally sozinha com a Revista. Após algumas semanas realizamos então a primeira reunião oficial para estabelecer novo corpo editorial da revista. A reunião aconteceu na sala do NEMED, da qual eu tomava conta alguns dias da semana naquela época. Apareceram cerca de 10-15 alunos interessados em trabalhar na Revista Vernáculo, dos quais, se não me engano, somente uns cinco estavam realmente entusiasmados ao final da reunião. Ali também foram decididas “em papel” as funções de cada membro do comitê editorial, recaindo as posições de chefia para Natally e para mim.

Estando decididos os detalhes formais da organização do periódico fui-me a correr atrás da deficiência técnica no âmbito da editoração, para que a Revista não fosse apenas uma “coletânea de arquivos do WORD”, e sim um material com a devida editoração “quase profissional”. O processo de digitalização também se colocava aí como um desafio, uma vez que já não tínhamos acesso aos tipos utilizados na impressão dos primeiros números, nem a diagramação utilizada. Por outro lado era impraticável disponibilizar arquivos “PDF” com as imagens das revistas digitalizadas, uma vez que em 2007, embora a internet Banda Larga não fosse raridade, ter uma conexão de 256mb era ainda um artigo de luxo. A solução viável era fazer a digitalização dos números anteriores da revista de modo que os

arquivos fossem transformados em texto e não em imagem, reduzindo assim o tamanho de cada artigo digitalizado de 20mb para ca. 3mb. Surgiu ali também a necessidade de em alguns casos “reeditar” alguns números da revista (o n. 3, de 2000, p.e.) por conta da péssima cópia que tínhamos em mãos (com marcações etc. inviáveis de se disponibilizar online).

Em seguida havia o desafio de publicar um novo número da Revista Vernáculo contando com os materiais que já tínhamos em mãos, mas ainda eram insuficientes, e com novas contribuições. A “caça” de novas contribuições foi naquele momento talvez uma das atividades mais desgastantes, pois não queríamos publicar um número (duplo, como a situação exigia) com somente três ou quatro artigos. Por outro lado uma revista coerente não publica somente artigos de sua comissão editorial. Todos os membros da Revista Vernáculo desempenharam nesse sentido um papel fundamental de contatar colegas na UFPR e em outras universidades que estivessem interessados em publicar conosco. Esse esforço mostrou seus frutos, apesar da dificuldade inicial e logo tínhamos material para alguns números do periódico, ainda que sua publicação se tenha dado com relativo atraso (os números 19 e 20, e 21 e 22, de 2007 e 2008 foram lançados ambos, de fato, somente em 2008 – ou teria sido 2009?).

Minha própria participação nesse processo já no ano de 2008 estava se reduzindo. Sei que ainda participei ativamente do número de

2007, mas logo, como eu previa, a preparação para o doutorado passou a consumir demasiado meu tempo, de modo que tive de deixar a Revista Vernáculo, passando minhas funções oficialmente a Natally, que deu prosseguimento ao trabalho com os novos membros do comitê. Minha participação em um momento de grandes transformações no periódico não foi, sem dúvida, um “mar de rosas”, mas acredito que a contribuição foi positiva em ambas as direções, tanto no que tange a manutenção da Revista Vernáculo, que persiste ainda hoje, completando seus 15 anos de existência, quanto no que se refere ao meu próprio aprendizado no âmbito da coordenação de um periódico acadêmico. Creio ser desejo de todos os envolvidos nessa longa história que a Revista tenha sempre membros dispostos a fazer sacrifícios para manter o periódico ativo. Que sejam mais 15 ou muitos mais anos de existência.

Um sonho bom

Natally Nobre¹

Falar da Vernáculo é falar de um sonho bom de um grupo de amigos que se tornou realidade. Tomei contato com a Vernáculo em 2005 quando ingressei na graduação de História: Semana do calouro, apresentação do curso e dos grupos de pesquisa e Jonas Pegoraro, com cara de cansado explicando a proposta da Revista. Uma Revista discente com o propósito de divulgar a produção dos alunos: ótimas pesquisas que ficavam restritas a estes e seus orientadores.

Segundo semestre novamente o Jonas pedindo aos calouros que se interessassem para marcar uma reunião e passar as atividades da Revista. Muito bem, por que não? Reuni os amigos, muito mais veteranos do que aluno do meu ano, e fomos ver o que era preciso. Muito mais do que o esperado. A revista estava há muitos números atrasada. Fazendo as contas dos artigos aceitos e ainda não publicados não seria suficiente.

A próxima novidade foi descobrir que não conseguiríamos versão impressa de nada. A Revista não tinha dinheiro. Tentamos captar recursos de todos os lados e tudo o que conseguimos foi o conselho de

¹ Graduada em História, UFPR, professora da rede estadual (PR) de ensino.

partir para a versão online. Pareceu um falso consolo no momento, mas a partir de então começou a odisseia ISSN online. Passei mais tempo no setor de Revistas da Universidade pedindo orientação ao Paulo do que nos happy hours nestes dias.

Entre idas e vindas conseguimos o reconhecimento da Revista pelo Curso, feito isso, Barleta se encarregou de toda a papelada a ser enviada para o registro oficial da Revista junto à Biblioteca Nacional enquanto eu fiz o curso para lidar com a Plataforma SER. Papelada burocrática resolvida, revista virtual registrada, e seu lugar vazio estava pronto para ser ocupado no SER.

Alguns integrantes se foram, outros vieram e a nova Odisseia foi deixar a Revista em dia. Isso incluiu diagramar os artigos ainda não publicados e disponibilizar online os antigos. Foi uma caça ao tesouro pelos antigos números, soterrados no depósito do departamento. Muitas tardes divertidas achando coisas do Arco da Velha com o Serginho e a Marilena, secretários do Departamento e do Curso.

Participação em Semanas Acadêmicas, divulgação em outras faculdades, recebimento e trato dos artigos que começaram a fluir, finalmente a Revista voltou a andar. Em 2010 ela finalmente estava periodizada e estruturada. Mas nós estávamos nos formando, o que aconteceria depois? O ciclo não se repetiu. Antes que saíssemos um novo grupo tomou o editorial da Revista, e agora estou aqui em breves linhas contando um pouco da Odisseia da Revista para manter-se viva.

Houve percalços ao longo dos trabalhos, mas eles são irrelevantes perto do que conseguimos. A Revista não se extinguiu, tem sua classificação digna na CAPES, e se há quem torça o nariz e a encare como concorrência, isso só infla o orgulho de todos que perderam tantas sextas-feiras ensolaradas na frente do computador organizando os números e os colocando no ar.

A Revista Vernáculo como propagadora do saber histórico: depoimento Vernáculo 15 anos

Elaine Cristina Senko¹

Agradeço o convite de participar dos depoimentos dos 15 anos da Revista Vernáculo de História UFPR, pois sempre a considerei um meio de propagação do saber histórico e ainda mais como incentivo aos graduandos, mestrands e doutorandos em História UFPR em colocar por escrito, sem medo, suas análises históricas e sua prática narrativa.

A Revista Vernáculo foi em meus tempos de graduação em História na Universidade Federal do Paraná (2006-2009) uma importante possibilidade em publicar textos oriundos de eventos e da própria defesa de monografia final. Sempre tive muita consideração por essa revista e acompanhei sua luta por permanecer viva entre nós jovens historiadores. Depois de poder publicar no periódico, o que sou muito grata, estimei nas minhas oficinas de História Antiga e Medieval/Teoria da História, já como mestranda do PPGHIS-UFPR (2010-2012), junto ao Nemed (Núcleo de Estudos Mediterrânicos) que os novos graduandos/as publicassem seus escritos com ênfase e paixão

¹ PPGHIS UFPR/NEMED/TECPUC-PR

pelo nosso ofício. Durante o mestrado acreditei seriamente que os estudantes deveriam ter seu canal de demonstração do pensamento, daquilo que gostam e pesquisam.

Publiquei ao longo das edições da revista e a cada edição lançada sabia que por trás disso havia a força da Nani e do Hilton. Levar adiante uma revista não é tarefa fácil e quando se a mantém, louvável. Minha admiração por todos que levaram adiante a ideia dos fundadores da revista, dos quais um foi meu professor de Oriente Rafael Benthien.

Agora ao longo de meu doutoramento (2012-2014) e já como professora de História pude sentir que a revista manteve-se forte, com espírito independente e como veículo de recepção do pensamento humano. Oras, somos dessa área de humanas e a Revista Vernáculo pode sempre ser cada vez mais acessada pelo público e receber os artigos daqueles que começam seguir os passos da História (como já fiz no passado) e daqueles que são como os Aedos das novas gerações.

A imagem da Revista Vernáculo para mim é de resistência e força. Dessa revista nasceu a conquista do primeiro artigo publicado e a posterior oportunidade de envio das minhas análises históricas ao longo do meu próprio processo de formação intelectual. Concomitante como foi feliz ver ao longo de anos meus colegas publicando seus pensamentos e os jovens que inspiramos terem a atitude de publicar nessa revista. Acredito que temos que divulgar para a sociedade o que

nós, antigos e novos historiadores, estamos a fazer, a estudar e principalmente a perguntar e descobrir.

Que os historiadores que virão se juntem a nós, que graças a Revista Vernáculo, fizemos aquilo que desde os antigos conseguiram: deixar sua marca no tempo através de nossa escrita da História. Pois não há nada mais belo do que o legado que deixamos, das palavras que ecoaram de nossa mente, sussurraram por nossa boca e impregnaram o papel do Tempo.

Dificuldades materiais para estimular a produção de graduandos

Rogério Pereira da Cunha¹

Quando entrei na graduação, em 2003, a Revista Vernáculo já existia. Meu primeiro contato com ela foi na primeira semana de recepção aos calouros quando membros do corpo editorial já a apresentaram para nós. Naquela época, recém saído do Ensino Médio, confesso que não tinha uma dimensão exata do que era o curso de História, muito menos que atuaria na produção de pesquisas. Inocentemente, achava que era só assistir aulas, ler os textos e pronto. Mas, com a Vernáculo e as minhas primeiras aulas de Teoria da História I ministrada pelo professor Sérgio Nadalin, rapidamente percebi que faria parte da minha formação muitos e muitos exercícios escritos onde eu seria responsável por produzir minhas próprias interpretações histórica a partir de um conjunto de fontes. Quem diria, eu faria parte da historiografia.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Paraná, com especialização na área de educação especial com ênfase nas Altas Habilidades/Superdotação obtido junto à pós-graduação padre João Bagozzi, e mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. Assessor da disciplina de História do Colégio Positivo.

Em 2005, já membro do PET - que naquela época significava Programa Especial de Treinamento e não o atual Programa de Educação Tutorial - entrei para o conselho da revista. O que mais me recordo era das dificuldades: dificuldade em manter a periodicidade trimestral; dificuldade em conseguir autores com bons artigos para serem publicados; dificuldades em garantir uma saúde financeira que permitisse a publicação dos exemplares que viriam. Márcio Marchioro era o nosso tesoureiro e, quando tínhamos autorização da reitoria, vendíamos a revista em frente à cantina e garantíamos alguma receita. Leonardo Marques dava uma grande força na diagramação para diminuirmos os custos de produção e os membros antigos, como por exemplo, Rafael Faraco Benthien, sempre nos davam suporte para manter a revista com o mesmo perfil e missão: ser um espaço onde os acadêmicos poderiam publicar seus primeiros textos.

Como membro do conselho da revista, nunca me senti a vontade para submeter artigos de minha autoria, mas acredito que sua missão de estimular o exercício da escrita e reflexão entre jovens acadêmicos garantiu a formação de muitos bons pesquisadores.

Hoje, dentro de um mercado de trabalho não acadêmico, posso perceber o quanto participar da Revista Vernáculo me agregou como profissional. Tenho uma dívida com a Revista, pois ela certamente fez muito mais por mim do que eu por ela. Vida longa a Vernáculo.

Vernáculo – 15 anos

Alysson de Avila Costa¹

Há alguns meses fomos convidados, eu e alguns colegas da graduação, por dois amigos da pós, Hilton e Leonardo, para integrar a equipe da revista. O projeto apresentado era ambicioso: chamar artigos, conseguir material e periodizar as edições da revista, que se encontravam um pouco defasadas. Aceitamos prontamente o desafio, eu, Fran, Larissa, Monah, Fred e Bruna.

Para cumpri-lo, entretanto, tivemos que lidar com questões acadêmicas, burocráticas e pessoais. Ainda na graduação, nem sempre é fácil conciliar o calendário acadêmico, provas, trabalhos, monografia, com atividades extracurriculares. A revista, particularmente, demanda um bom nível de dedicação, preparação, elaborações, leituras, revisões, de tempo, enfim. Os bastidores da revista em si já demandam um tempo para aprender a lidar com seu ambiente e suas ferramentas, o fluxo das informações e o lugar de cada uma. E há ainda a proposta do trabalho ser desenvolvido colaborativamente, o que rende um aprendizado de vida constante.

¹ Graduado em História, UFPR, pesquisador do CEDOPE-UFPR

É salutar elencar certas dificuldades, pois elas valorizam as nossas conquistas. O número 35 marca os 15 anos da revista – agora periodizada, com material para ser trabalhado para os próximos números, com um alto nível de colaboração de amigos, editores, pareceristas, e, principalmente, amigos interessados em mandar suas pesquisas e seus materiais para a Vernáculo.

Participar da revista por esses meses, já há pouco mais de um ano, foi gratificante. Nada disso teria sido possível sem o esforço e ajuda de muita gente, que não vou nominar, pois ou deixaria alguém de fora, ou usaria todo o espaço que tenho para transmitir essa mensagem. Mas registro aqui o meu agradecimento a quem nos ajudou a organizar números, a quem submeteu seus textos, a quem os avaliou e revisou; aos meus amigos da revista, da graduação e da pós, no Brasil ou fora dele, que de um jeito ou de outro, mesmo com pequenas ações, somaram para construção de tudo que a revista conquistou.

Minha experiência na Vernáculo

Francielle de Souza¹

A oportunidade de participar da organização da Revista Vernáculo apareceu em 2013, quando Hilton Costa me convidou para uma reunião que discutiria o futuro da revista. Me interessei porque percebi que me envolver nesse projeto traria novas experiências pra minha graduação. Escolhi trabalhar com a revisão do material que chega para publicação: com o número pré-montado, é feita a leitura de todos os artigos e impressões de leitura para verificar a correção de português e fazer algumas observações sobre a formatação dos arquivos.

Entrar em contato com pesquisas (feitas ou em andamento) através desse material é um processo muito interessante, pois proporciona o contato com diversos tipos de assuntos que estão sendo abordados hoje em dia na pesquisa acadêmica em História (e que talvez eu não conheceria por outros meios); além de apreender as instituições em que tal ou tal assunto recebe um tratamento privilegiado, usufruindo de uma maior quantia de pesquisadores interessados. Ao ver

¹ Graduanda em História – Bacharelado e Licenciatura – pela Universidade Federal do Paraná desenvolve pesquisas sobre História do Brasil Colonial, com foco na História indígena e hierarquias sociais.

pesquisadores iniciantes explorando os resultados de suas primeiras investigações, e talvez publicando pela primeira vez, como foi meu caso, compreendo o quão importante é publicar artigos nessa altura da formação acadêmica: não apenas para constar no lattes, mas também como oportunidade de aprender a escrever em um determinado formato, organizando e relacionando os dados mais relevantes da pesquisa. Formato esse que aparece constantemente na jornada acadêmica.

Percebo por conta disso, a importância da Revista Vernáculo em continuar se preocupando em publicar trabalhos de graduandos, mestrandos e doutorandos, contribuindo diretamente com a qualidade da formação de pesquisadores.

É com muita alegria que vejo a Vernáculo com seus números em dia e muita satisfação de ter colaborado para isso de alguma forma. É um orgulho fazer parte dessa equipe! Que venham muitos anos pela frente!

Vernaculares: três momentos (?)

Hilton Costa¹

Aprendizado. Esta mui provavelmente é a palavra que melhor define minhas passagens anteriores na *Revista Vernáculo*, bem como a atual.

A primeira passagem foi entre 2000 e 2002, foi de modo indireto, divulgando a Revista, colaborando pontualmente em uma tarefa ou outra, o convite para participar partiu das pessoas que idealizaram a *Revista* Allan Oliveira, Fernando Nicolazzi, Laís H.Telles, Rafael F. Benthien, Maurício Ouyama e Victor A. Graciotto, Rodrigo Turin. Este momento foi interessante para aprender como funcionava o processo de captação de recursos para a impressão do periódico – sim ele era impresso –, de preparação dos originais, a construção de chamadas para artigos. E substancialmente foi-se aprendendo o trabalho acadêmico em equipe, o ouvir e o saber buscar o espaço para ser ouvido.

A segunda passagem ocorreu a partir de 2004 (não tenho muita certeza, mas acho que foi), quando pude trabalhar mais diretamente na

¹ Graduado em História e em Ciências Sociais pela UFPR, Mestre em História, UFRGS, Doutor em História, UFPR.

organização da *Revista*, da busca por patrocínios, da negociação com as pessoas que pudessem vir a colaborar na impressão fornecendo o serviço gráfico... Esta passagem foi intensa e curta, pois em 2006/2007 se bem me recordo já estava bastante afastado das atividades da *Vernáculo*. Neste curto espaço de tempo o aprendizado acerca das agruras do empreendimento cultural foi enorme, como é difícil captar recursos, oferecer a contrapartida a quem investe e “justificar” comercialmente um empreendimento voltado ao público acadêmico... Experiência deveras interessante. Nesta passagem também foi possível trabalhar mais diretamente com Jonas Wilson Pegoraro algo da mais alta importância, pois se aprendeu e ou se teve a certeza que arrojo “empresarial” é coisa das mais necessárias e relevantes para os empreendimentos acadêmicos.

A terceira passagem teve início em algum momento entre 2010 de 2012 e segue até o presente momento. Esta surgiu de um momento particularmente *sui generis* em meio ao trabalho para a elaboração da minha tese de doutorado. Obtive a informação que a *Vernáculo* ainda existia. A informação chegou a mim via dois colegas do curso de pós-graduação em História da UFPR – Leonardo Brandão Barleta e Natally Nobre. O primeiro estava envolvido com a Revista naquele momento (e continua) e a segunda havia participado. Em conversas com o Leonardo resolvi me informar novamente das coisas da *Vernáculo*.

A *Revista* estava desperiodizada, havia artigos por avaliar, equipe editorial e conselho a reorganizar. No entanto, a *Vernáculo* já estava toda digitalizada e disponível on-line, resultado do trabalho da Natally Nobre e do Leonardo. O periódico havia feito à transição da base impressa, que já mostrava inviável em 2006/7 (a dificuldade de captar recursos para impressão, a falta de condições para criar uma dinâmica de distribuição, o fato de não se ter um local para estocagem dos exemplares impressos e mais algumas outras situações depunham contra o formato impresso), para o formato digital. A passagem de um formato para outro já era ponto de pauta das pessoas envolvidas com a *Vernáculo* em momentos anteriores a segunda metade da primeira década do século XXI, contudo a execução não se efetivara muito pela limitação técnica da época.

Atualizado da situação da *Revista* praticamente me escalei para voltar a participar da equipe editorial. Desta feita, penso que em algum momento de 2011 ou 2012 fizemos algumas reuniões para tentar reperiodizar a *Vernáculo* e pensar novas estratégias de ação (divulgação, captação de artigos, etc.) apesar de várias boas ideias e outras ótimas ideias, em termos práticos pouca coisa foi realizada. Aí em uma conversa com Leonardo Barleta numa caminhada regada a cerveja artesanal rumo a um jogo de futebol – decidimos vamos fazer. E aí um novo horizonte de aprendizado se apresentou para mim: aprender a trabalhar na plataforma digital; aprender a como reorganizar um

periódico com as características da *Revista Vernáculo*, voltada para a produção de discentes de graduação, foi algo deveras instigante; a formação da equipe editorial, do conselho editorial à busca de discentes de graduação para a equipe editorial foi uma tarefa das mais interessantes, um aprendizado e tanto.

Entre idas e vindas é viável afirmar que cada momento de participação foi, e provavelmente continuará sendo de intenso aprendizado. Aprendizado das técnicas necessárias para se trabalhar na plataforma digital, das melhores formas de relacionamento possível com as pessoas que colaboram com sua produção intelectual para o prosseguimento do periódico e substancialmente o aprendizado constante do trabalho em equipe.

**Dossiê: Cultura,
História e Identidades
no Medieval**

Dossiê História e Identidades no Medievo

Monah Nascimento Pereira

A Revista Vernáculo tem a satisfação de apresentar o *Dossiê História e Identidades no Medievo*. Os artigos aqui compilados foram produzidos no âmbito do programa de pós graduação em História da Universidade Federal do Paraná, a partir do debate proposto aos discentes da linha de pesquisa Cultura e Poder. A temática em questão é bastante atual, uma vez que a busca por compreender a formação de identidades socioculturais tem movido a pesquisa de diversos historiadores, dentro dos mais variados recortes espaço-temporais. Para tentarmos entender quem eram os sujeitos históricos sobre os quais pesquisamos, é necessário analisar como estes se identificavam e, muitas vezes, isso está intimamente ligado com a definição do eu e do outro. Tais identidades são, portanto, subjetivas e mutáveis, sempre ligadas às diferentes formas de sentir e pensar em cada contexto histórico.

Com relação ao medievo ocidental, como recorte específico, não poderia ser diferente. Realizar este tipo de reflexão é fundamental, especialmente se levarmos em consideração a alteridade de tal contexto, se comparado ao nosso próprio. Assim, os textos presentes no dossiê buscam analisar tais criações identitárias, levando em consideração os atores sociais que participaram na criação desses ideais, bem como a normatização social e cultural presente nos mesmos.

Em seu “Trovadores e jograis: mester de identidade sociocultural”, Ana Luiza Mendes busca apontar que jograis e trovadores eram agentes socioculturais importantes nas cortes ibéricas baixo medievais, de modo a transmitirem, através de seu ofício, valores culturais e sociais. A autora também busca ressaltar a forma como a produção trovadoresca e seus porta vozes estavam entremeados no jogo do poder, por sua própria constituição, uma vez que atingiam pessoas em diferentes níveis sociais, carregando consigo mensagens com as mais diversas intenções.

Mateus Sokolowski também tem como foco a baixa idade média ibérica, mais especificamente o reinado de Afonso X e as cantigas de Santa Maria, produzidas durante seu governo. O texto procura ressaltar que as cantigas não retratavam o mundo tal como ele era, mas sim como ele se queria fazer ver por seus produtores. Assim, “revelam modelos e símbolos importantes para compreensão do exercício do poder no contexto histórico do reinado de Afonso X”.

Da mesma maneira, Leonardo Girardi debruça-se sobre o tratado “Espelho de Reis”, de Álvaro Pelayo. Girardi busca estender sua análise do texto do frei galego para além de questões puramente políticas, observando como o debate acerca da teocracia pontifícia e da centralização política se concatena com uma construção identitária pautada em intenções políticas. História e cultura surgem como grandes eixos a partir do qual se analisa toda a teorização política, que busca orientar um determinado grupo de indivíduos de acordo com um parâmetro construído de uma sociedade idealizada.

Por fim, Monah Pereira, em seu “Identidade e tradição: História e *wyrd* na versão anglo-saxônica da *De Consolatione Philosophiae* (séculos IX-

X)” procura “compreender o modo como as noções de história e destino presentes no texto contribuem para a criação de um ideal de identidade calcado na religião e na tradição latino cristã”. A autora analisa o período alfrediano da Inglaterra anglo-saxônica, no qual houve uma prolífica difusão de traduções vernáculas de obras da patrística cristã. Seu texto explora a versão anglo-saxônica da *De Consolatione Philosophiae* e a forma como esta trabalha com os conceitos de história e destino. Estes são instrumentais na construção de uma nova visão acerca do poder e da identidade de um grupo em um contexto de significativas transformações socioculturais.

Esperamos que este dossiê possa contribuir para a discussão relativa à questão das identidades dentro do campo da história, apontando como tal tema pode ser utilizado para debater não apenas questões culturais, mas também um viés mais subjetivo e multifacetado da tradicional história política. Boa leitura!

O *Espelho dos Reis* (1341-1344) de Frei Álvaro Pelayo: alguns apontamentos sobre identidade, história e cultura

Leonardo Girardi¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo a análise do tratado de Frei Álvaro Pelayo nomeado “Espelho dos Reis”, composto entre os anos de 1341-1344 e dedicado ao soberano de Castela Alfonso XI. Nele, temos a intenção de ir além das questões políticas (a obra em si é um tratado de teoria política) e refletir sobre a identidade em relação a outros temas visíveis na obra do Frei galego, com a história e a cultura, pensando em elementos que envolvem a centralização do poder régio e a defesa da teocracia pontifícia, próprios do lugar de Álvaro na história e das suas intenções políticas.

Palavras-chave: Baixa Idade Média; Península Ibérica; Álvaro Pelayo; Espelho dos Reis; Identidade.

Resumen: El presente artículo tiene como meta el análisis del tratado de Fraile Alvaro Pelayo nombrado "Espejo de los Reyes", compuesto entre los años 1341-1344 y dedicado al rey de Castilla Alfonso XI. En el, tenemos la intención de ir más allá de las cuestiones de política (la obra en si es un tratado de teoría política) y reflexionar sobre la identidad en relación a otros temas visibles en la obra del fraile gallego, como la historia y la cultura, considerando los elementos que implican en la centralización del poder regio y la defensa de la teocracia pontificia, propios del lugar de Alvaro Pelayo en la historia y de sus intenciones políticas.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Paraná e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela mesma instituição. E-mail para contato: leon.historia05@gmail.com.

Palabras clave: Baja Edad Media; Península Ibérica; Alvaro Pelayo; Espejo de los Reyes; Identidad.

Álvaro Pelayo, *hispano*. Eis uma identificação que aparece logo nas saudações do autor ao soberano de Castela, usadas para abrir a obra de sua autoria que elegemos como fonte para conduzir nossas próximas reflexões, o *Espelho dos Reis* (*Speculum Regum*) composição elaborada entre os anos de 1341 e 1344². A pequena palavra – atribuição própria de Álvaro, o que por si só já é relevante – tem chances enormes de passar despercebida diante de olhos desatentos ou, absorto por outras indagações; entretanto, devidamente apreendida, examinada e refletida pode sugerir em meio a grande tessitura do plano social, político, religioso e cultural no qual o frade menorita está inserido, uma clara ideia de *identidade* – ou melhor colocando em vista de todo este ambiente, *identidades*.

A partir deste breve esboço é possível que captemos uma miríade de traços, detalhes muitas vezes sutis, que hão de caracterizar e imprimir certas expressões capazes de diferenciar um indivíduo ou grupo de indivíduos através dos mais variados planos da experiência humana. E estas caracterizações vão além da simples distinção entre

² PAIS, Álvaro. *O Espelho dos Reis (Speculum Regum)*. Vol. I-II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1955-1963.

grupos, povos: como veremos no caso de Frei Álvaro, tal elemento identitário – o ser *hispano* – pode resultar numa boa ferramenta no que tange ao momento histórico em que vive, sua orientação política e suas intenções: como um representante da *teocracia pontifícia* em seu momento de declínio, Álvaro tenta resistir ao avanço do poder régio castelhano e português segurando a bandeira pontifícia, usando como meio para esta finalidade algo como uma “propaganda” que atraia os ibéricos a seu propósito... Qual a maneira mais adequada para fazer isso? Reunir todos os cristãos da região sob uma égide apenas, um único rei que tenha um vínculo não só de alianças e acordos, mas histórico e cultural? Talvez aqui o pequeno termo *hispano* seja um instrumento essencial por agregar este grande número de indivíduos num mesmo passado, romano, a quem o rei de Castela historicamente sucede. Temos em nossas mãos uma das facetas das quais o Frade poderia se valer para seus intentos, uma das possíveis *identidades* que lhe teria utilidade.

É neste sentido, portanto, que buscaremos explorar brevemente tal elemento identitário coligando-o com dois temas, História e Cultura – dois braços fortes (dentre outros, claro) da sociedade medieval latina, capazes de nos revelar, mesmo que de forma sintética, a ampla gama de dados que podemos extrair sobre o tema da(s) *identidade(s)* a partir de uma composição da primeira metade do século XIV, segunda num conjunto maior de três grandes trabalhos do autor, destinada por Álvaro

Pelayo à orientação do soberano castelhano Alfonso XI mas, aventando hipóteses, dedicada de igual maneira ao rei lusitano Afonso IV com quem o menorita, também Bispo de Silves (atual Faro, Portugal) nutriu algumas desavenças.

História e identidade: A cruzada em terras visigóticas

Para iniciarmos nossas reflexões, partamos de um marco localizado um ano após o término da redação do *Espelho dos Reis*. A data é 1345; Afonso IV de Portugal e Alfonso XI novamente encontram-se em desavença. Entretanto, a querela não assume contornos tão graves quanto aquela iniciada em 1336 e que encontrou seu termo somente em 1339, opondo-os em armas por conta de um matrimônio infeliz e outros desentendimentos³. O embate de então se faz através da pena e do papel, diplomaticamente, e adianta em várias décadas as disputas que irão marcar a descoberta de novos mundos, cujo bom exemplo pode ser o Tratado de Tordesilhas assinado em 07 de junho de 1494.

A 15 de novembro de 1344, por uma bula expedida pelo Papa Clemente VI, o Conde de Clermont Luís de La Cerda consegue se fazer investido do senhorio das Ilhas Afortunadas e recebe o título de

³ SOUZA, Armindo de. “1325-1480”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: A Monarquia Feudal* (vol. II, 1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

“Príncipe da Fortuna”. Tal fato chama a atenção do soberano português, dirigindo uma carta ao pontífice – datada de 12 de fevereiro de 1345 – a quem reclama, por conta de uma expedição empreendida anos atrás e pelo direito de descoberta, tal possessão em mar aberto (muito embora ceda-as ao príncipe por questões de consanguinidade)⁴. O rei castelhano também dirige uma carta ao Papa (13 de março de 1345), reconhecendo o título de Luís de La Cerda, mas, alega a pertença das Ilhas Afortunadas à sua Coroa, sendo através duma série de sentenças, a que mais se destaca é a justificativa de que como herdeiro dos visigodos, as Ilhas lhe pertencem (“[...] ac quod acquisitio regni africe ad nos nostrumque ius regium nullumque alium dinoscitur pertinere...”⁵). A disputa em si, bem como sua conclusão não nos interessa; evocamos, entretanto, esta passagem justamente por evocar dois elementos caros ao que nos propomos pensar – desta, portanto, gostaríamos de aproveitar a questão da *terra* e da *herança* que estão envolvidas na arguição do soberano de Castela.

Segundo Joseph F. O’Callaghan, o argumento retirado para tal alegação de descoberta do que hoje são as Ilhas Canárias parte de Álvaro Pelayo, advindo justamente do início do *Espelho dos Reis* onde

⁴ Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. *Monumenta Henricina* (vol. I). Coimbra: Atlandida, 1960, pp. 230-234.

⁵ *Idem*, pp. 234-235. O mesmo argumento, décadas após, será usado por Alfonso de Cartagena em 1437 para alegar a posse das Ilhas Canárias.

o frade menor evoca a ancestralidade visigótica⁶. O uso, portanto, desta “herança” é uma das chaves de nossa reflexão: como a questão das Canárias não era o foco de Álvaro, outra, bem mais próxima do contexto de redação da obra pode corroborar com a hipótese de uma identidade esboçada pelo frade, unindo o soberano de então, Alfonso XI, aos antigos habitantes da Península enquanto dá substância e legitimidade a seu discurso (ou uma parte dele, afinal o *Espelho dos Reis*, obra do gênero dos *espelhos de príncipe*⁷ vai mais além no tocante as intenções do autor, conforme destacamos na introdução de nosso

⁶ O'CALLAGHAN, Joseph F. La cruzada de 1309 em el contexto de la Batalla del Estrecho. In: *Medievalismo*, 19, 2009, p. 246 e, *The Gibraltar Crusade: Castile and the Battle for the Strait*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011, pp. 210-211. Muito embora o autor aparente lançar o dado como fato, gostaríamos de pensá-lo como hipótese, já que não há indicativos claros de que Alfonso XI tenha lido a obra do frade.

⁷ A princípio, as obras que compõem este gênero têm como ideia base a orientação de um príncipe através do reto caminho, orientando-o pelas virtudes e os bons exemplos (todos cristãos, obviamente) para que este possa desenvolver um bom governo e conduzir seus súditos à bem aventurança eterna. Entretanto, como é o caso do próprio do *Espelho dos Reis* e tantos outros mais, seus redatores – normalmente clérigos – buscam instruir o soberano no sentido de conter o seu poder, de forma que não extrapole aquilo que cabe a sua própria esfera, secular. A contrapartida régia vem da seguinte forma de acordo com o que podemos observar no dito de Fátima Regina Fernandes: “[...] No entanto, esses mesmos materiais doutriniais depois de glosados e atualizados seriam utilizados pelos reis como instrumento de cristalização de uma imagem modelar régia. [...]” – esta imagem, projetada então para a sociedade política e todo o restante do corpo dos súditos ressaltaria a figura régia, dando ao rei ainda mais força no poder. FERNANDES, Fátima Regina. Teorias políticas medievais e a construção do conceito de unidade. In: *História*. São Paulo, nº 28 (2), 2009, p. 52. Ver também NOGALES RINCÓN, David. Los espejos de príncipes en Castilla (siglos XIII-XV): un modelo literario de la realeza bajomedieval. In: *Medievalismo*: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales. Ano 16, nº 16. Madrid, 2006, pp. 09-39.

texto: resistir ao avanço régio, defender a teocracia pontifícia) – que visa justamente a continuidade de uma cruzada contra os muçulmanos com quem o rei vinha batendo-se na região sul do reino.

A esta *herança* mencionada acima, podemos coligar o fator do *espaço*, da *terra*, que juntos são capazes de perfilar verdadeiramente uma verdadeira identidade, através da qual o menorita lançará seus argumentos: “[...] ao ilustre e ínclito Afonso, generosíssimo e vitoriosíssimo rei dos Visigodos, vigário terrestre de Cristo na província da Bética e terras circunjacentes, e nos dilatados reinos de Espanha [...]”⁸ e principalmente,

De direito é-te devida a África, onde outrora era sinceríssimamente respeitado o nome de Cristo, e que hoje é habitada por Maomé. Submeteram-na à fé os reis dos Godos, teus ascendentes, gloriosíssimos e fidelíssimos na fé de Cristo. Agora, detêm-na e ocupam-na, por causa dos nossos pecados, os inimigos da fé e teus. [...] Restitui essa terra, pelo direito pós-limíno [...]. Possui-a como às outras terras hespéreas. Ela pertence-te por direito hereditário. E porque te pertence, submete-a à fé, ocupa-a em nome de Cristo, e vinga a ofensa contra Ele cometida. [...]”⁹

⁸ PAIS, Álvaro. *Op. Cit.*, Vol. I, p. 05. Nas próximas menções à obra, faremos a indicação através da abreviatura EdR.

⁹ EdR, Vol. I, p. 13.

Observa-se a partir destes dois extratos da fonte, primeiramente, o domínio de Álvaro em matéria de história (o que contribui ainda mais para o caracterizarmos como *Homem de Saber*, outra faceta identitária a que iremos abordar através do eixo Cultura/Identidade logo em seguida) e, em segundo, o uso desta que o frade faz no intento de construir toda uma argumentação que torna legítima a empresa de Alfonso XI, sobretudo no que tange ao pedido de apoio por parte da Santa Sé para a caracterização de “cruzada” da campanha empreendida pelo soberano de Castela contra os muçulmanos de Granada e Marrocos.

Assim, usando-se de Isidoro de Sevilha e outros autores, a linhagem da qual provém Alfonso XI (que de certa forma é de um ramo ilegítimo dada a usurpação de Fernando IV, gerando todo o problema com os *infantes de La Cerda*) é remontada até os visigodos tardo-antigos que, até a vitória muçulmana na Batalha do Guadalete (711)¹⁰ controlavam extensas faixas de terra da Península Ibérica, compondo o Reino Visigodo de Toledo – neste sentido, é interessante que Álvaro use a separação provincial romana vigente na época para a composição peninsular de então, vinculando ainda mais o soberano com aquele passado. Se pensarmos estes dados juntamente com as raízes da

¹⁰ FRIGHETTO, Renan. Hispania Misera Effecta: a Batalha do Guadalete (711) e a passagem da Antiguidade Tardia à Idade Média. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais*. Curitiba: Editora da UFPR, 2013, pp.19-48.

Reconquista, ou seja, os povos astúres e demais do norte peninsular alegando-se “herdeiros” do reino visigodo e, portanto, detentores verdadeiros das terras “roubadas” pelos berberes¹¹, vemos Álvaro aproveitando-se de um discurso já histórico para legitimar sua própria empresa.

A “identidade visigótica” que Alfonso XI carrega ganha mais destaque no momento em que observamos as “pontes” estabelecidas entre o presente e o passado quando o frade caracteriza os visigodos como “gloriosíssimos e fidelíssimos na fé de Cristo” e os iguala aos castelhanos – sobretudo seu rei – como sendo também grandes defensores da ortodoxia... Talvez até mesmo os principais de toda a Cristandade (algo que Álvaro, priorizando principalmente a figura do soberano, ressalta ao longo de sua obra). O combate ao infiel, ao lado da defesa da ortodoxia, são traços importantes dessa identidade; Álvaro traz exemplos destes dois elementos ao ligar os seguintes reis do passado à genealogia de Alfonso XI:

Igualmente, senhor, ofereceram a Deus, em sua sacratíssima vida, estas três dádivas os santos reis teus ascendentes, que houve em Espanha, como o príncipe dos godos, o religiosíssimo Sisebuto [...] e Hermigelo [...] morto no cárcere em dia de Páscoa, pela fé de Cristo, por seu pai que era herege ariano; e Ricardo, seu irmão, de que fala a Legenda de S.

¹¹ LOMAX, Derek William. *La Reconquista*. Barcelona: Crítica, 1984.

Leandro, o qual extirpou da Espanha toda a heresia dos arianos e aumentou o culto da fé; e S. Fernando, teu tetravô, que trouxe à fé da Santa Madre Igreja, Sevilha com outras terras, a qual estivera ocupada pelos maoméicos quase desde o tempo de seus bispos S. Leandro e Santo Isidoro.¹²

Ademais, ao ser evocado o nome de Fernando III vemos novamente a questão da terra aparecer (por meio das conquistas do soberano das quais Álvaro até menciona Sevilha, a qual seu bispado em Silves está submetido), fator de grande importância conforme já destacado para pensar uma identidade – ainda mais quando unida aos outros aspectos levantados. A confluência destes elementos na imagem de Alfonso XI resulta numa identidade que sem dúvida há de ser compartilhada pelos demais súditos de sua coroa, dado que o espelho que Álvaro escreve serve para guiar não só o rei como tantos outros... Além do que, o soberano deve ser o espelho em que suas gentes devem se espelhar. Assim, pensando um pouco além daquilo que nos propomos, a formação de uma identidade comum auxilia justamente na luta e defesa da nação *hispana* a que Álvaro se diz pertencer (de acordo com a abertura de nosso texto), esta sendo carregada de uma tradição e de um passado mui rico e principalmente, legítimo. Como *herdeiros* dos visigodos, a defesa e conquista das *terras* que por direito lhes pertencem é completamente válida, justificando portanto uma cruzada.

¹² EdR, Vol. I, p. 33.

Neste sentido, é interessante o frade recorrer a duas explicações de ordem claramente jurídica, conforme podemos ver no primeiro extrato trazido neste texto: o *direito póslimínio* e o *direito de hereditariedade*. Deste segundo, podemos deixar mais do que clara a sua explicação – pela linhagem, Alfonso XI é descendente dos reis visigodos. Já a proposta do primeiro corrobora justamente no ato de pegar em armas contra o infiel e significa o seguinte: “retomada, por parte de um Estado vencido na guerra, e em face de um tratado de paz, das parcelas de seu território ocupadas anteriormente por outro Estado, vencedor”¹³ – por ambas as vias de direito, as terras visigóticas são do soberano castelhano.

Desta forma, vemos a integração da *terra/espço* com a *herança*, podendo-se agregar a esta última elementos de uma *tradição* (pensando no cristianismo ortodoxo que vem da conversão de Recaredo no III Concílio de Toledo em 589, que o último extrato acima ressalta e que segue até os dias de Álvaro Pelayo) no sentido de definir uma identidade a que Alfonso XI se vincula e por extensão, todos os seus súditos, incluindo o próprio Álvaro – atuando como um elemento legitimador de uma empresa que já vinha-se sendo conduzida, ou seja, a cruzada contra os muçulmanos. A história age então como fornecedora da matéria-prima a qual o frade menorita irá se aproveitar para realizar

¹³ Definição esta que extraímos de <http://www.dji.com.br/internacional/posliminio.htm> (consultado em 21/03/2014).

tamanha prefiguração, encontrando suporte, sobretudo, nas vozes de autoridade as quais ele recorre e domina – uma das matérias do tópico seguinte.

Cultura e identidade: um novo rei para novos tempos – alguns elementos necessários à figura régia

A conjuntura de 1200/1300, justamente onde estão inseridos estes personagens e toda esta gama de elementos, aponta para mudanças bastante visíveis na estrutura da Cristandade Latina – senão, em todo o espaço do mundo conhecido, seja entre os muçulmanos, seja entre os romanos do oriente. Outono da Idade Média ou, primavera dos tempos modernos¹⁴? A resposta dependerá muito do ponto de vista de cada medievalista. Entretanto, corroboramos com o pensamento de Marcella Lopes Guimarães¹⁵ e acreditamos que, mesmo apontando para uma nova estrutura, a trama de fins do medievo – ou, para referenciar um balizamento mais rígido e estrito, a “Baixa Idade Média” – é essencialmente medieval.

¹⁴ Para nos aproveitarmos do título de duas grandes obras a respeito da transição do Medievo para a Era Moderna, respectivamente de Johan Huizinga e Phillip Wolff.

¹⁵ GUIMARÃES, Marcella Lopes. Cultura na Baixa Idade Média. In: GIMENEZ, José Carlos (Org.). História Medieval II: A Baixa Idade Média. Maringá: EDUEM, 2010, v. II p. 113-136, p. 116.

O que queremos dizer com tal colocação? Que em muitos casos, são buscados traços que identifiquem ou se aproximem do Renascimento, da Era Moderna; seja no tocante a política, através da formação de um Estado que dá indícios de burocratização ou na cultura, como o fizera Jacob Burckhardt em seu célebre “A Cultura do Renascimento da Itália”¹⁶, ou também Norbert Elias, em “O Processo Civilizador” – este último, destacando aqui, por frisar alguns elementos de ordem comportamental/cultural que indiciam tal transição¹⁷. Em suma, olvida-se de se visualizar o recorte cronológico dentro de toda a dinâmica que ele compreende em detrimento de buscar, as vezes, meras justificativas para dar embasamento a um período subsequente, mais complexo e “desenvolvido” deixando de lado um período rico e fértil que merece a devida atenção para o que ainda estava em processo, há muitos passos até de atingir uma conclusão.

Longe de almejarmos tecer críticas às obras acima citadas, gostaríamos de usá-las como mote para dar prosseguimento às reflexões que já estamos desenvolvendo acerca das *identidades*, usando-as para pensar estes homens do outono da Idade Média (imbuídos de uma larga tradição, como pudemos ver mesmo que rapidamente logo acima) como

¹⁶ BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1991.

¹⁷ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, pp. 193-249.

medievais propriamente, muito embora estejam a um passo da modernidade.

Como a *cultura* fora usada muitas vezes por estes e outros historiadores para dar forma e sustento às suas teses, a coligaremos à questão da *identidade* no sentido de explorarmos melhor a conjuntura que já destacamos— eventualmente extrapolando para outros reinos latinos importantes para que possamos estabelecer algumas relações e, gerar alguns contrastes. A cultura a que nos referimos necessariamente é aquela que o *Espelho dos Reis* nos permite vislumbrar, por consequência, das elites: o pouco que sabemos sobre o *populus* parte de vestígios e dados deixados por tal estamento... Tomando em conta também que pretendemos pensar a respeito de segmentos da realeza e do clero para o prosseguimento destas reflexões.

Retomemos, pois um longo evento que tivemos a oportunidade de citar, mas não se deter: a Reconquista. Em suma, este foi um movimento iniciado a partir de núcleos cristãos localizados ao norte da Península Ibérica com o objetivo de retomar as terras do sul que outrora compunham o reino visigótico, arrebatado a partir de 711 pelos muçulmanos¹⁸. No século XIII ela estava já esgotada, apesar da existência do reino de Granada como último reduto árabe. Monarquias forjadas no calor da batalha, homens cujo ofício era as armas, necessitavam se readequar. Começa-se assim, lentamente, um esforço

¹⁸ FRIGHETTO, Renan, *op. cit.*; LOMAX, *Op. Cit.*

interno de cada reino para se ordenar política e teoricamente, consolidando o que fora obtido por meio da força. Observa-se nesta conjuntura então a elaboração de largas obras de espécie legislativa, como a de D. Alfonso X, o Sábio, rei de Castela (*Las Siete Partidas*, aplicada apenas anos mais tarde com seu bisneto, Alfonso XI) ou de D. Afonso III de Portugal e seus sucessores (D. Dinis, Afonso IV, etc.) ocorrendo justamente neste sentido. Esta é a “era dos reis legisladores” – um claro indicativo de mudanças na Península Ibérica e um marco artificial (como a própria Idade Média o é, pelo menos em seu termo de balizamento) que traduz algo importantíssimo que estava em movimento: a mesma centralização do poder régio que Álvaro luta contra.

Tal fenômeno, a centralização do poder, não é particular da conjuntura ibérica: observa-se também em outros espaços da Cristandade latina como Inglaterra e França. Neste último reino, é interessante destacar a própria figura de Luís IX, feito santo em 1297 e que por suas políticas revela muito bem a empresa de que falamos – a alçada da figura régia bem como de toda a realeza, o estabelecimento de um ritual particular, original, de sagração que o coloca numa posição (pelo menos teórica, de acordo com a proposta franca) superior aos demais monarcas cristãos, representado pela alcunha de *rex*

*christianissimus*¹⁹. É claro que o processo político que conduz estas outras monarquias a tal ponto de desenvolvimento não é o de Reconquista. As estratégias, embora distintas, levam-nas a um ponto similar que exigirá quase que a mesma posição do rei diante do reino e de sua sociedade política, também dos súditos num âmbito maior. E neste momento, a cultura faz-se como um elemento comum a todos. Voltemos então à Península Ibérica.

Muito embora o esforço maior da Reconquista já não seja mais necessário, a luta deve continuar – é um elemento que *caracteriza* estes homens, o combate ao infiel é o que lhes move, como bem podemos atestar por estas outras palavras de Álvaro Pelayo que reforçam a “cruzada” por ele pregada e que já tivemos a oportunidade de nos remeter:

Não acredites, prudentíssimo rei, nas suas condições e promessas de paz, porque os inimigos de teu Deus e Senhor não podem ser teus amigos. Como poderá ser fiel aos homens, aquele que foi infiel a Deus? (Causa II, questão VII, cap. *No potest*). Que convénio poderá existir entre Cristo e Maomé, entre o Filho de Deus e Belial, entre a luz e as trevas, entre o anho e o lobo, entre o fiel e o infiel, entre o cristão e o mouro? (Seg. Ep. Aos Cor., VI; Tratado *De poenitentia*, Dist. I, § *Sina utem*, onde diz *Item Nec Christus*; Causa XXXIII, questão I, cap. *Non satis*).

¹⁹ LE GOFF, Jacques. *Uma Longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 91-115.

[...] ao tires, pois, o cinto da tua milícia, antes de os sarracenos sucumbirem à tua vitória em Cristo (Decretais, Tit. *De renuntiatione*, cap. I), nem sejam os teus soldados licenciados sem realizarem a sua missão (Código, *De his qui non impletis stipendiis*, lei II, liv. X), e sem destruírem os despojos do inimigo (Liv. da Sabedoria, XI; Causa XXIII, questão VII, cap. II).²⁰

Aqui é interessante lembrarmos da trajetória ibérica como um elemento determinante no estabelecimento de uma cultura própria a castelhanos, portugueses, aragoneses, etc. O combate lhes está enraizado, modelando inclusive uma diferença com relação às demais soberanias cristãs latinas:

O teu reino [de Alfonso XI] há-de sobrepujar os outros, porque tu, defensor dos outros reinos católicos, verdadeiramente confessar o Criador das nações. Qual dos outros reis fiéis expõe a vida pela fé de Cristo? Tu, rei fidelíssimo, tens mais caridade que os outros, tu que ainda há pouco com teu tio materno, o rei de Portugal [Afonso IV – a referência que se segue diz respeito a Batalha do Salado, ocorrida em 1340; este texto começa a ser redigido um ano depois, em 1341], expuseste a vida pela fé católica. Os outros reis habitam em casas de tecto artesoado, e nadam em delícias; tu vives nas tendas do arraial de Cristo, contente com alimento frugal. Esses dormem e dormitam; tu passas as noites insone, para que a Igreja tua mãe aumente e viva em paz (na *Autêntica*, *Vt iudices sine quoquo suffragio*

²⁰ EdR, Vol. I, pp. 10-11.

fiant, no princípio da Colação II; Decretais, *De restitutione spoliatorum*, cap. *Frequens*, do Livro VI; e no proêmio do mesmo livro VI). Os outros reis louvam a Deus com palavras; tu expões o teu corpo por Ele. Não há rei que se ofereça a morrer por Cristo; só tu levas a gratidão, ao ponto de por Ele derramares teu sangue, como Ele por ti derramou na cruz (João, XIX). Em boa verdade, o teu reino ultrapassa tanto os reinos das outras nações quanto mais te expões pelo Rei do céu e da terra. [...] ²¹

Castela, Portugal e os outros reinos ibéricos (mais Castela, segundo o fervor de Álvaro) são a muralha que impede o Islã de avançar e engolir a Cristandade. Este dado particular gera inúmeras singularidades na própria constituição do rei peninsular. De maneira geral, o ofício de armas é algo que tende a diminuir na figura régia; é o que podemos ver, por exemplo, novamente no tocante ao soberano de França, onde a distinção entre *preu homme* (homem valente, guerreiro excelente) e *prudhomme* (homem corajoso e fidalgo – o que caracterizaria mais São Luís segundo fontes da época²²) é visível e é gestada em decorrência das transformações no próprio cenário da Cristandade: a *Trégua de Deus* e a *Paz de Deus*, a institucionalização da Cavalaria e a penetração de elementos religiosos na mesma, o direcionamento dos excessos em combate à Terra Santa... Todos

²¹ EdR, Vol. I, pp. 22-23.

²² NETO, Jônatas Batista. *História da Baixa Idade Média (1066-1453)*. São Paulo: Editora Ática, 1989, pp. 78.

elementos conduzidos pela Igreja (ou que dela sofrem algum tipo de influência) e que tem como finalidade regular a sociedade – atingindo assim a própria dimensão cultural.

O caráter guerreiro (atrelado ao cristianismo, que permeia a tudo e é comum a todos), portanto, faz parte da cultura e da identidade dos ibéricos, de certa forma sendo “permitido” pela regulação eclesiástica. Entretanto, o mundo está mudando, como já dissemos. Os campos são intensamente cultivados, o comércio e a circulação de moedas florescem, as cidades se expandem... E as monarquias começam rudimentarmente a se institucionalizar. Os reis que vão a campo lutar contra o infiel, Alfonso XI e Afonso IV – para nos atermos ao nosso recorte – precisam ter outra dimensão que condiga com a centralização do poder em suas mãos. Esta dimensão pode ser definida então com a do “legislador”. Neste sentido, Álvaro Pelayo e outros homens de saber aqui representam uma peça bastante importante construindo, ao menos teoricamente, um soberano que responda às novas exigências, mas, no caso de clérigos como o é o próprio Álvaro, atentando-se para que aqueles não deixem de se adequarem ao quadro de ordem da Cristandade – ou seja, presidida pelo Sumo Pontífice²³. Os elementos que estes indivíduos hão de agregar a tal perfil condizem muito com a expansão dos saberes, marca do Renascimento do Século XII,

²³ Ver nota 7.

refletindo-se muito bem nos tratados de boa governança, como o são os espelhos de príncipe.

A contenção dos impulsos e desejos, as boas maneiras no comportamento, em suma, aquilo que exigem as quatro virtudes cardeais e suas declinações são um ótimo indicativo de como a cultura cristã perpassa tal conjuntura e é determinante ao conferir elementos para uma nova identidade aos reis cristãos de maneira geral. O mesmo rei que combate, tomando Álvaro e o caso ibérico, é o rei que deve ser sábio, revelando aqui apenas uma de outras facetas: “Por conseguinte, a intenção do rei, juiz e legislador, deve tender a que os súbditos vivam segundo a virtude. Para tanto, valem muito a doutrina e a erudição, cabendo, por isso, aos reis o ensinar [...]” e mais a frente sobretudo,

[...] Vós, reis, que julgais a terra, não vos contristeis, mas entendei e instruí-vos. Efectivamente, convém que vós estejais sob o poder d’Aquele de quem vem o entendimento e a erudição, e convém também que não domineis ao acaso como aqueles que a ninguém se julgam sujeitos, e sirvais o Senhor de todas as coisas, isto é, Cristo. [...]²⁴

Neste último trecho, é importante que reparemos na finalidade desta sabedoria que o soberano deve possuir, voltando-se sempre para fins últimos ligados a espiritualidade e a Bem-Aventura eterna. A

²⁴ EdR, Vol. I, pp. 96-97; Vol. I, pp. 104-105.

cultura greco-romana (devidamente cristianizada) também se faz determinante neste outro extrato, juntamente com Salomão:

Porque, porém, em todas as coisas susoditas se requer sabedoria ou prudência, são principalmente os reis induzidos, na Sagrada Escritura, ao amor e estudo da sabedoria. Por isso, Salomão não pediu ao Senhor nem riquezas, nem muitos dias, nem as vidas de seus inimigos, mas sabedoria para reger o povo, o que também agradou ao Senhor (3º livro dos Reis, III). Daqui também Boécio dizer, no 1º livro *Da consolação*, dirigindo-se à Filosofia: ‘Portanto, foste tu quem formulou, pela boca de Platão, este pensamento: que felizes serão as repúblicas, se as regerem os estudiosos da sabedoria, ou se tiverem a fortuna de os seus regedores a esta se aplicarem’. E Valério Máximo diz o mesmo no livro 7.º. Pelo que se chamava século de ouro àquele em que o governo estava confiado aos sábios – diz Séneca na Epístola 92.^a. E no *Policarpo*, livro 4.º, diz-se: ‘Não me lembro de os imperadores e generais romanos serem iletrados, enquanto a sua república floresceu. E sei que, desde que a virtude das letras feneceu nos príncipes, entrou de enfraquecer a mão da milícia armada, e o seu principado, como uma raiz cortada cerce’. [...]²⁵

Através destas colocações, vemos um novo rei para novos tempos, conforme salientamos no subtítulo; um rei que coliga elementos de uma cultura cristã (e greco-romana também, cristianizada ao longo da Idade Média) sempre presente e quase transcendente com

²⁵ EdR, Vol. I, pp. 100-101.

elementos de uma tradição guerreira, atrelada a Reconquista e a elementos próprios de sua conjuntura, como o é a centralização do poder e também o renascer dos saberes representado pela expansão e difusão, bem como na necessidade de sua captação e integração com tal centralização. Estes elementos levam o soberano a ter outra postura com relação à sua realidade – um rei voltado para o bem comum, e por isso instruído e exemplar (conforme os últimos extratos apontam), mas ao mesmo tempo, versado no ofício das armas (sobretudo no caso ibérico) porque a condição de reino fronteiriço e muralha da Cristandade fazem disso uma necessidade. Mais do que um homem moderno sendo aqui gestado, vemos um homem com preocupações e elementos puramente medievais, ressaltado principalmente pela sua identidade e cultura, ambas interligadas.

Para completar nosso raciocínio e evocar novamente a primeira parte deste texto, coligando-a com o restante, podemos ver também o modo como o tratado de teoria política pelagiana, aparentemente encerrado apenas em sentenças e conselhos de governança pode ir além do que vemos na superfície e trazer elementos que nos ajudam a ir um pouco mais a fundo no tocante a estes homens e a estes contextos históricos. Peculiaridades que sondadas devidamente nos permitem atingir, mesmo que minimamente, um vislumbre das ideias e intenções que estão por trás de cada uma destas figuras.

O estudo das identidades aqui pensado junto à história e à cultura nos auxilia a compreender as intenções do Bispo de Silves e, num âmbito maior, a conjuntura de transição que marca profundamente a Baixa Idade Média e principalmente, os séculos XIV e XV. Assistimos através de Álvaro o eclipse do poder pontifício frente a ascensão do poder régio, mas as formas como aquele primeiro ainda resiste, sutilmente, usando-se de instrumentos bastante válidos cujo impacto poderia ser decisivo: o apelo ao passado comum que une um conjunto de indivíduos ou, toda uma tradição cultural que torne possível caracterizar este mesmo grupo de indivíduos (ou uma parcela dele, dado que estamos trabalhado aqui com os estamentos mais elevados da sociedade) e orientá-los de acordo com os parâmetros de uma sociedade idealizada que cumpra com os propósitos de um clérigo defensor do poder espiritual: toda a *Res Publica Christiana* sob a égide do Sumo Pontífice – muito embora tal pretensão comece a ser relegada às brumas do tempo.

Bibliografia

BATISTA NETO, Jônatas. *História da Baixa Idade Média (1066-1453)*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1991.

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. *Monumenta Henricina* (vol. I). Coimbra: Atlandida, 1960, pp. 230-234.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, pp. 193-249.

FERNANDES, Fátima Regina. Teorias políticas medievais e a construção do conceito de unidade. In: *História*. São Paulo, nº 28 (2), 2009.

FRIGHETTO, Renan. Hispania Misera Effecta: a Batalha do Guadalete (711) e a passagem da Antiguidade Tardia à Idade Média. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais*. Curitiba: Editora da UFPR, 2013, pp.19-48.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. Cultura na Baixa Idade Média. In: GIMENEZ, José Carlos (Org.). *História Medieval II: A Baixa Idade Média*. Maringá: EDUEM, 2010, v. II p. 113-136.

LE GOFF, Jacques. *Uma Longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LOMAX, Derek William. *La Reconquista*. Barcelona: Crítica, 1984.

NOGALES RINCÓN, David. Los espejos de príncipes en Castilla (siglos XIII-XV): un modelo literario de la realeza bajomedieval. In: *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*. Año 16, nº 16. Madrid, 2006, pp. 09-39.

O'CALLAGHAN, Joseph F. La cruzada de 1309 em el contexto de la Batalla del Estrecho. In: *Medievalismo*, 19, 2009, p. 246.

_____. *The Gibraltar Crusade: Castile and the Battle for the Strait*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011.

PAIS, Álvaro. *O Espelho dos Reis (Speculum Regum)*. Vol. I-II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1955-1963.

SOUZA, Armindo de. “1325-1480”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: A Monarquia Feudal* (vol. II, 1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

Trovadores e jograis: mester de identidade sociocultural

Ana Luiza Mendes¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar algumas cantigas da produção trovadoresca galego-portuguesa dos séculos XIII e XIV para compreender a relação existente entre trovadores e jograis no que diz respeito aos seus enfrentamentos em torno dos significados inerentes às designações de trovador e de jogral e como essas denominações contribuíram para a constituição de identidades culturais e sociais destes grupos tanto no ambiente cultural do movimento trovadoresco quanto no ambiente social dos reinos de Portugal e Castela. Dessa forma, também propõe-se a analisar as relações existentes entre as esferas da cultura e do poder no que diz respeito à utilização da produção trovadoresca como forma de legitimação do poder régio e como forma de transmissão de valores a ele relacionados.

Palavras-chaves: trovadorismo galego-português, trovador, jogral, identidades

Abstract: This paper aims to analyze some songs from Galician-Portuguese troubadour production of the thirteenth and fourteenth centuries to understand the relationship between troubadours and minstrels with regard to their confrontations around the meanings inherent in the names of *trovador* and *jogral* and how the names contributed to the creation of cultural and social identities of these groups on the cultural environment of the troubadour movement and the social environment of the kingdoms of Portugal and Castile. Thus, it is

¹ Doutoranda em História – UFPR. E-mail: analuizam982@gmail.com.

also proposed to analyze the gaps between the spheres of culture and power in relation to the use of troubadour production as a way of legitimizing royal power and as a means of transmitting values pertinent to this relationship.

Keywords: Galician-Portuguese troubadour production, *trovador*, *jogral*, identities

Denomina-se trovadorismo o movimento poético-musical iniciado no século XI pelos trovadores da Provença, sul da França, cujas composições eram acompanhadas por instrumentos musicais e por dança, corroborando com o fato de que a literatura medieval não se restringia à escrita, não acessível a grande parte dos indivíduos, e fundamentava-se na oralidade, elemento que permitia a transmissão quase que imediata das informações que estas produções se revestiam, assim como da abrangência de um número maior de pessoas a receber tais elementos, sejam eles poéticos, amorosos, ideológicos, sociais, políticos e também de divertimento, uma vez que o verso se constitui como uma forma de ritmar a fala que contribui para o desenvolvimento da memória.²

Numa acepção mais ampla, o trovadorismo indica um grande circuito de produção e circulação poética e musical que atingia as esferas palaciana e “popular”, abrangendo o ambiente rural e urbano.

² LOPES, Óscar; SARAIVA, António José. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto editora, 1955, p. 45.

Numa acepção mais restrita, refere-se à poesia que circulava no meio cortesão entre os séculos XI e XIV, estendendo-se até o século XV em determinadas cortes da atual Alemanha.³

Percebe-se, pois que o trovadorismo constituiu-se em um movimento amplo e que uma das suas principais características, a itinerância, contribuiu para a sua expansão para diferentes regiões, transmitindo através de suas composições informações sobre diversas sociedades no que se refere aos acontecimentos políticos, sociais e também aos referentes aos sentimentos, como pode ser atestado na propagação da idealização do sentimento amoroso interligado com o ideal do comportamento cavaleiresco diante da dama: o amor cortês. Segundo Spina, o *Amor* é o primeiro grande tema inspirador da lírica, criada pelos trovadores provençais⁴, que transmitem, assim, o sentimento denominado *fin'amors*, o qual

se refere a um amor puro, perfeito, delicado, cujo desenrolar envolvia o frenesi provocado pelo erotismo e pelo controle do desejo, uma vez que cantava o amor ora inacessível, que não espera recompensa, apenas se submete totalmente à amada, com o compromisso de honrá-la e servi-la com fidelidade e discrição, ora carnal e adúltero. O

³ BARROS, José D'Assunção. A gaia ciência dos trovadores medievais. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2. abril/out, 2007, p. 85. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/15623>. Acesso em: 15/12/2014.

⁴ SPINA, Segismundo. *A lírica trovadoresca*. São Paulo: EDUSP, 1991.

fin'amors era o modo próprio de amar, ou de se comportar perante o ser amado, da cortesia⁵

Ou seja, implicava no ideal de comportamento que deveria ser desenvolvido no ambiente cortês, que demandava, sobretudo, o refinamento dos costumes.

Este é um dos elementos legados pelos trovadores provençais que, entrando em contato com diferentes regiões, contribuíram para o desenvolvimento de outros movimentos poéticos de inspiração provençal. Assim, na atual Alemanha o *fin'amors* inspirou o *minnesang*; no Vale do Pó, o *dolce stil nuovo*; e na Península Ibérica o trovadorismo galego-português.

Sobre este último comumente aponta-se a sua gênese para o final do século XII, com uma cantiga de Paio Soares de Taveirós dedicada a Maria Pais Ribeiro, a Ribeirinha, favorita de Sancho I (1154-1211). Tal cantiga faz parte da lírica galego-portuguesa, compreendida como um grupo de cerca de 1680 textos de temática profana e 420 textos religiosos - as chamadas Cantigas de Santa Maria, de autoria de Afonso X, de Castela.⁶ Tais composições nos foram transmitidas por três cancioneiros manuscritos, a saber: *Cancioneiro da Ajuda*, contemporâneo das produções; *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* e

⁵ MENDES, Ana Luiza. *O diálogo entre a razão e o pecado nas correspondências de Abelardo e Heloísa*. São Paulo: Ixtlan, 2013, p. 49.

⁶ GONÇALVES, Elsa; RAMOS, Maria Ana. *A lírica galego-portuguesa*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1983, p. 18-19.

Cancioneiro da Vaticana, datados do século XVI. O primeiro cancionero, redescoberto em 1823, é incompleto, compilando somente 310 cantigas de 38 autores, contendo, ainda, iluminuras dos personagens e instrumentos desse universo. O *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, também conhecido como *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, redescoberto em 1880, é o que conserva o maior número de composições (1560) e de autores e informações sobre estes. Além disso, neste cancionero está presente a *Arte de Trovar*, tratado poético fragmentário que nos legou certos conceitos pertinentes à norma da produção trovadoresca. Por fim, o *Cancioneiro da Biblioteca da Vaticana*, redescoberto em 1875, compreende os três gêneros: cantigas de amor, de amigo e de escárnio e maldizer, e incorpora alguns poetas e algumas composições que foram por algum motivo (social, estético, político) excluídos da recolha precedente.

No que diz respeito à *Arte de Trovar*, este é um nome dado modernamente ao fragmentário tratado de poética contido no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, no qual tem-se as definições dos gêneros das composições, formas e normas das estruturas métrico-estróficas, concordância verbal e tipos rítmicos.⁷ Assim, tem-se, por exemplo a definição de cantigas de amor e de amigo:

⁷ Para mais informações sobre os Cancioneiros e o tratado poético vide: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.

E porque algũas cantigas i há em que falam eles e elas outrossi, per én é bem de entenderdes se som d'amor, se d'amigo: porque sabede que, se eles falam na prim<eir>a cobra* e elas na outra, <é d'>amor, porque se move a razon d'ele (como vos ante dissemos); e se elas falam na primeira cobra, é outrossi d'amigo; e se ambos falam em ãa cobra, outrossi é segundo qual deles fala na cobra primeiro.

8

Além desses dois gêneros há ainda o de escárnio e maldizer, além de outros que Tavani denomina como menores pois, “usufruem de uma estrutura temático-formal própria, autónoma”⁹, não se encaixando, dessa forma, nos gêneros acima citados. Tal tratado, portanto, nos oferece um diálogo didático entre teoria e prática, uma vez que a não adequação teórica na prática da composição das cantigas suscitaria motivos para que os seus artífices virassem mote de chacota nas cantigas de escárnio e maldizer.

A análise desse tratado poético e dessas composições são instigantes por nos forneceram elementos de extrema riqueza para a compreensão da sociedade medieval peninsular em seus variados aspectos, mas também nos suscitam questionamentos em torno da

⁸ TAVANI, Giuseppe. *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 41.

* Estrofes. Termo designado na *Arte de Trovar*.

⁹ TAVANI, Giuseppe. *Trovadores e jograis*. Lisboa: Caminho, 2002, p. 263.

própria maneira de fazer tal análise, uma vez que tratando-se de poesia, o conteúdo desses textos perpassa por um componente simbólico, mas que não se restringe a isso, dado que este mantém relações com a realidade da qual emerge e para a qual se dirige.

Tal realidade social nos remete às influências do trovadorismo galego-português. Há vários autores que defendem a inter-relação entre os diferentes movimentos poéticos, dada a itinerância dos seus agentes. Assim, é possível identificar alguns elementos de origem andaluza, sobretudo no que diz respeito às cantigas de amigo, as quais teriam relações com as *jarchas*, composições líricas de autores anônimos produzidas entre os séculos XI e XIII que finalizam as *muwassaha* que, assim como as composições trovadorescas, remetiam ao universo feminino e eram cantadas diante de um público acompanhadas de instrumentos, como a flauta, o tambor e as castanholas.¹⁰

Além das composições andaluzas há o contato com a poesia provençal já mencionada. Os elementos provençais são identificados, sobretudo, nas cantigas de amor que, inclusive, são atestadas pelos próprios trovadores, como o rei Dom Dinis (1279-1325) que menciona os provençais em duas cantigas.¹¹

¹⁰ MENDES, Ana Luiza. *A história que se faz cantiga nas barcarolas galego-portuguesas*. São Paulo: Ixtlan, 2014, p. 122.

¹¹ *Proençaes soen mui bem trobar e Quer' eu em maneira de proençal*.

O contato com os provençais ocorria desde o século VIII, mas pode-se afirmar que, em Portugal, a inter-relação tornou-se mais vívida com o futuro Afonso III (1248-1279), que viveu sete anos na corte de sua tia, Branca de Castela (1188-1252), em Bolonha. Com o seu retorno a Portugal para tomar o lugar de seu irmão, Sancho II (1209-1248), destronado,

começa o período de esplendor da lírica portuguesa. Favorecida pela confortável vida da corte, que se tornou possível em decorrência da maior segurança das relações políticas e sociais de Portugal, formou-se uma sociedade de poetas que permaneceu durante o reinado dos dois monarcas seguintes e cujas obras, ao lado daquelas da época anterior, nos foram parcialmente conservadas em três cancioneiros manuscritos.¹²

Esta é, portanto, a realidade da qual se nutre o trovadorismo galego-português, cujo auge concentra-se entre os anos de 1252 e 1284, coincidindo com o reinado de Afonso III, estendendo-se no reinado de Dom Dinis em Portugal, e com o reinado de Afonso X (1252-1284) em Castela. Tal efervescência também coincide com a política de centralização monárquica empreendida nos dois reinos, a qual se estende à prática trovadoresca, uma vez que a ela também se estabelece

¹² LANG, Henry R. *Cancioneiro d'el Rei Dom Denis e estudos dispersos*. MONGELLI, Lênia Márcia; VIEIRA, Yara Frateschi (org.). Niterói: Editora da UFF, 2010, p. 78.

uma hierarquia, como pode ser observado em Castela, em que é pedido a Afonso X a distinção hierárquica do ofício do trovador e do jogral:

Eu vos peço, não permitais que aqueles que possuem a arte verdadeira da intervenção, que têm o segredo dos versos, dos cânones e de outras belas poesias úteis, instrutivas, imortais, sejam chamados de jograis. Pois vós sabeis que sua obra é durável, ao contrário das futilidades dos outros. O prazer que proporcionam os músicos e os dançarinos só dura o instante em que os vemos e ouvimos. Mas os cantos dos bons trovadores, que sabem construir belas histórias, permanecem na lembrança e continuam a existir por muito tempo depois que seus autores cessaram de viver. É uma grande pena que tais pessoas não tenham uma denominação própria, ela qual possamos, nas cortes, distingui-los dos vis jograis.¹³

É identificável neste trecho a diferenciação de ofício entre o jogral e “aqueles que possuem a arte verdadeira”. Diante disso há dois elementos importantes que podemos observar a partir da produção trovadoresca. O primeiro diz respeito à perceptível correlação entre as esferas do poder e da cultura. Num processo em que tanto o rei de Portugal quanto o de Castela visam diminuir o poder da nobreza, esta é mantida por perto, no paço trovadoresco, no qual o rei também é exposto a não só produzir, mas também ser alvo de cantigas, inclusive

¹³ CLOUZOT, Martine. Um intermediário cultural no século XIII: o jogral. *Signum*. Belo Horizonte, v. 9, n. 7, 2005, p. 90.

satíricas, nas quais fica nítido o que a nobreza pensa dele. Assim, o rei além de divertir a corte, se mantém consciente do que a agrada e, principalmente, do que desagrada. “Abrindo sua corte para a pluralidade e para uma livre expressão das tensões sociais, políticas e pessoais, o rei não pode evitar que ele mesmo se torne um alvo”¹⁴, como pode ser verificada nessa composição de Pai Gomes Charinho:

*De quantas cousas eno mundo som
nom vej'eu bem qual pod'en semelhar
a 'l-rei de Castela e de Leon
se[nom] ãa qual vos direi: o mar.
O mar semelha muit'aqueste rei;
e daqui em deante vos direi
em quaes cousas, segundo razom.*

*O mar dá muit', e creede que nom
se pod'o mundo sem el governar,
e pode muit', e [há] tal coração
que o nom pode rem apoderar.
Des i ar [é] temudo, que nom sei
quen'o nom tema; e contar-vos-ei
ainda mais, e julga[de]-m'entom.*

*Eno mar cabe quant'i quer caber;
e mantém muitos; e outros i há
que x'ar quebranta e que faz morrer
enxerdados; e outros a que dá*

¹⁴ BARROS, José D'Assunção. Afrontando o rei através da poesia – um estudo sobre as lutas de representações entre os trovadores medievais ibéricos dos séculos XIII e XIV. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 34, jan./jun., 2006, p. 55. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/19035/10234>. Acesso em: 15/12/2014.

*grandes herdades e muit'outro bem.
E tod'esto que vos conto avém
a 'l-rei, se o souberdes conhocer.*

*E da mansedume vos quero dizer
do mar: nom há cont', e nunca será
bravo nem sanhudo, se lh'o fazer
outro nom fezer; e sofrer-vos-á
tôdalas cousas; mais se em desdém
o per ventura algum louco tem,
com gram tormenta o fará morrer.*

*[E] estas manhas, segundo meu sem,
que o mar há, há el-rei. E por en
se semelham, quen'o bem entender.¹⁵*

Nesta cantiga, Charinho relaciona o mar, elemento vívido em suas composições devido à própria vivência de almirante-mor, com o rei Sancho IV de Castela (1284-1295). Da mesma forma que o mar o rei é responsável pela vida dos homens. Em alguns momentos tanto mar quanto rei podem ser generosos e em outros ambos podem acabar com a vida dos homens.

Porém, deixar tornar-se um alvo é sancionar a pluralidade trovadoresca, isto é, a diversidade dos seus artífices e intérpretes e legitima a política centralizadora do seu poder, pois traz a crítica ao

¹⁵ Lopes. Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro et al. *Cantigas medievais galego-portuguesas [base de dados online]*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, 2011. Disponível em: <http://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=424&tamanho=13&semanotacoes=true>. Acesso em 30/07/2014.

local em que está sua mediação e controle, além de tomar conhecimento sobre quais são os pontos de tensão em seu reino.

O segundo elemento diz respeito ao pedido feito a Afonso X, citado anteriormente. Nele há a distinção entre aqueles que são iniciados, treinados, aperfeiçoados na arte trovadoresca e aqueles que não o são. Diante disso nos remetemos à hierarquia trovadoresca que assume na Península Ibérica um componente social bem marcado. Nela o trovador corresponde ao compositor de origem nobre que ocupa a posição superior nessa hierarquia. Por sua vez, o jogral posicionava-se numa escala inferior por ser um mero intérprete de canções alheias. A ele sobressaía o menestrel, músico-poeta protegido por um nobre. Seguindo-se a ele tem-se o segrel¹⁶, cavaleiro-trovador que andava de corte em corte. Além desses, também participavam do espetáculo trovadoresco as jogralescas e soldadeiras, dançarinas ou cantoras que em troca de dinheiro acompanhavam o jogral.

Diante disso, percebe-se que havia uma nítida distinção entre esses agentes trovadorescos e, mais importante, a consciência de que ela existia e, consequentemente, a identificação dentro dessa hierarquia cultural que também é funcional e social. “Esta feita sugere uma

¹⁶ Esse termo foi utilizado para designar, no século XIII, o jogral que além de executar também compunha as cantigas, porém, não foi nesta acepção que o termo foi empregado pelos investigadores do assunto. Vide: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, p. 609-611.

transferência de valores. Ora, enquanto a centralização régia sugere uma reorganização do espaço social, a hierarquização dos integrantes do movimento trovadoresco sugere a organização do espaço cultural”.¹⁷

A identificação, portanto, se dava por meio do reconhecimento da sua posição hierárquica dentro desse movimento, a qual estava relacionada com a sua função não só cultural como social. Saul António Gomes nos aponta uma ordenação de Hugo de São Vítor, na qual o cônego enuncia no seu *Eruditions Didascaliae* uma nova ordenação das ciências medievais. Ele profere sobre

uma área científica “*mecânica*” dividida em sete ciências. Uma delas é justamente a “*teatrica scientia*” (Livro Segundo, capº XXVIII). Escreve Hugo de S. Vítor que essa “*scientia*” é: “a dos jogos que, pelo teatro, trazem ao povo o divertimento”. [...] Da ciência teatral constava a récita de canções, de gestas, de elegias fúnebres ou de poemas laudatórios de pessoas vivas. Nos jogos lúdicos, para os quais toda a cidade devia possuir espaços próprios, o povo expandia as tensões acumuladas e reencontrava a alegria; o lúdico era, aliás, conveniente, ajudando a evitar opróbrios e crimes.¹⁸

Contudo, há que ressaltar que os jograis não formavam um grupo homogêneo. As diferenças variavam tanto em relação ao nível de

¹⁷ MENDES, Ana Luiza. *A história que se faz cantiga nas barcarolas galego-portuguesas*. São Paulo: Ixtlan, 2014, p. 40.

¹⁸ GOMES, Saul António. Breves observações sobre jograis e cultura urbana na Coimbra medieval. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 19, 1997, p. 465-466.

riqueza quanto ao *mester* escolhido: alguns eram especialistas em cantigas de amor, outros em cantigas de amigo; alguns tocavam cítola, outros eram mímicos. O que os unia era, de fato, a função social do divertimento propagado pelo movimento trovadoresco do qual eram integrantes.

Além do componente social e cultural os jograis também eram distinguidos pelo viés da moral. Este é o mote de uma análise desenvolvida por Martine Clouzot¹⁹ que, a partir de fontes religiosas, avalia as diferentes facetas encarnadas pelo jogral que é utilizado por estas fontes como forma de demonstrar aos clérigos como não agir. Tanto fontes eclesiásticas quanto trovadorescas condenam a palavra do jogral. As primeiras condenam sob o ponto de vista de que “a tagarelice transforma o homem em bufão, em mímico, o reduz a jogral, degrada a dignidade da natureza humana”²⁰. As segundas condenam a palavra do jogral porque ela não tinha valor estilístico.

A partir das críticas aos jograis é possível atestar que ele era, de fato, um importante agente social, pois encarnava diferentes facetas, revelando a heterogeneidade da sociedade medieval. No espetáculo trovadoresco apresenta-nos como um ser múltiplo, quase onipresente, pois pode ser compreendido como agente e como personagem. Como

¹⁹ CLOUZOT, Martine. Um intermediário cultural no século XIII: o jogral. *Signum*. Belo Horizonte, v. 9, n. 7, 2005.

²⁰ *Ibid.*, p. 71.

agente porque participava ativamente do movimento trovadoresco e, juntamente com outras figuras sociais “encontrava nestes momentos poético-musicais a sua possibilidade de representação e um espaço para a ressonância de sua voz”.²¹ Como personagem, o jogral aparece nas cantigas satíricas, nas quais o seu *mester* é colocado em dúvida:

*Foi a cítola temperar
Lopo, que citolasse;
e mandarom-lh'algo dar,
em tal que a leixasse;
e el cantou log'entom,
e ar derom-lh'outro dom,
em tal que se calasse.*

*U a cítola temperou,
logo lh'o dom foi dado,
que a leixass', e el cantou;
e diss'um seu malado:
[- Pera leixar de cantar,]
ar dê-lh'alg', a quem pesar:
nom se cal'endoadado.*

*E conselhava eu bem
a quem el dom pedisse,
desse-lho log'e, per rem,
seu cantar nom oísse,
ca est'é, ai, meu senhor,
o jogral braadador*

²¹ BARROS, José D'Assunção. A prostituta como agente de circularidade no trovadorismo ibérico. (séculos XIII e XIV). *Àrtemis*, v. 2, jul, 2005, p. 58. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2350>. Acesso em: 15/12/2014.

*que nunca bom som disse.*²²

Esta é uma de quatro cantigas feitas por Martim Soares contra o jogral Lopo que, para o trovador português não emitia bons sons, ou seja, suas composições não eram de qualidade. O problema coloca-se aqui, não em relação à moralidade das suas ações, ponto abordado nas fontes religiosas, mas a qualidade do seu trovar que, como anteriormente mencionado, necessita certo grau de iniciação e aperfeiçoamento que, segundo os trovadores, os jograis não dominam. Dessa forma, podemos observar o estabelecimento de uma identidade cultural, mas que não foge de uma identidade social, uma vez que aos trovadores, nobres, é concebida a capacidade e a qualidade da ação poética que nas obras dos jograis, não nobres e que desempenhavam diferentes funções, os trovadores não reconheciam. Diante disso, percebe-se que havia uma necessidade por parte dos trovadores de se diferenciar perante os jograis. Esta diferenciação envolvia a ação trovadoresca propriamente dita, mas também poderia ser necessária pelo fato de que uma das formas de identificação de um jogral era a recompensa do seu *mester*, isto é, ele recebia pagamento pela sua performance, seja em moedas, panos ou alimentação. O *mester* do trovador talvez recebesse recompensa: um presente de uma dama. Há,

²² Lopes. Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro et al. *Op. Cit.*

portanto, diferenciação moral e social nas formas de gratificação pelo ofício que, para um era uma necessidade e para outro divertimento o que leva ao imperativo de diferenciação e de afirmação de um sobre o outro.

Segundo José D'Assunção Barros, o trovadorismo foi um importante elemento no desenvolvimento da identidade palaciana, forjada a partir do jogo trovadoresco em que múltiplos atores se envolviam em uma complexa rede de inter-relações que perpassava pela mediação régia.²³ Tal mediação faz sentido dentro do contexto da centralização política já mencionada e atrela-se ao fato de o próprio rei fazer-se integrante desse jogo. Não à toa, Dom Dinis, com 137 composições conhecidas, é o mais fecundo trovador português e considerado também o melhor por seus contemporâneos, como pode ser observada na seguinte cantiga:

*Os namorados que trobam d'amor
todos deviam gram doo fazer
e nom tomar em si nem ãu prazer,
por que perderam tam boo senhor
como el rei dom Denis de Portugal,
de que nom pode dizer nem ãu mal
homem, pero seja posfazador.*

²³ BARROS, José D'Assunção. O trovadorismo galego-português e o embate centralizador: encontros entre política e poesia nos primórdios medievais da construção nacional portuguesa. *Revista Literatura e Debate*, v.1, n.1, dez. 2007. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/414>. Acesso em: 15/12/2014.

*Os trobadores que pois ficaram
eno seu regno e no de Leom,
no de Castela, [e] no d' Aragon
nunca pois de as morte trobarom.
E dos jograres vos quero dizer:
Nunc cobrarom panos nem aver
E o seu bem muito desejaram.*²⁴

Este é um *pranto*²⁵ do jogral leonês Johan quando da morte do rei Dom Dinis. A composição testemunha o sentimento que será desencadeado pela ausência do rei-trovador que, além de ser um bom senhor e, por extensão, podemos acrescentar um bom rei, também foi um exímio trovador, cujo *status* jamais outro trovador atingiria, uma vez que o movimento trovadoresco português adentra em seu declínio a partir do desaparecimento do monarca. Na verdade, ocorre uma transformação nos parâmetros poéticos que culminaria na chamada poesia galego-castelhana que começa a despontar em meados do século XIV. A metamorfose se dá

quando um grupo de poetas que gravitavam em torno da corte castelhana do primeiros Trastâmaras

²⁴ ESTEVES, Elisa Nunes. *O poeta D. Dinis*. Congresso Internacional Dom Dinis. Disponível em:

<http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/4207/1/Congresso%20Internacional%20Dom%20Dinis3.docx> . Acesso em: 26/08/2012, p.3.

²⁵ Gênero lírico derivado do *planh* provençal, no qual se elogia uma pessoa de alta estirpe que morreu e que é, provavelmente, o protetor do poeta autor do pranto. Para maiores informações vide: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. *Op. Cit.*

(segunda metade do século XIV e início do XV) começavam a acolher – embora utilizando ainda (parcialmente e monotonamente) temas, fórmulas e tópicos residuais da tradição trovadoresca – as novidades provenientes de Itália, e preparava o advento, quer da ténue poesia palaciana quer da arte de Juan de Mena, de Santillana, dos Marique e do próprio Garcilaso.²⁶

Antes disso, porém, lembremo-nos que o paço trovadoresco é o local onde o rei exerce sua função de mediação e controle das tensões sociais. Ao se lançar no meio do jogo ele está sujeito a críticas, nem sempre veladas. Esse também é um espaço de veiculação ideológica, no qual são transmitidos os valores culturais e sociais. A partir da cantiga do leonês Johan, podemos compreender que Dom Dinis conseguiu transmitir tais valores, pois além de ser um bom trovador também foi considerado um bom senhor.

A cantiga do jogral nos remete a outra característica deste movimento poético: o mundo trovadoresco não pertencia somente aos trovadores da Corte. Era composto também por

todos jograis e poetas-cantores – é portanto aquele em que toda a sociedade canta e é cantada: heróis e princesas, mas também meretrizes, ébrios, maridos traídos, impotentes, charlatões – todas as possibilidades individuais percorrem a gama de

²⁶ TAVANI, Giuseppe. *Trovadores e jograis. Introdução à poesia medieval galego-portuguesa*. Alfragide: Caminho, 2002, p. 20.

cantigas trovadorescas. Mais ainda: todos os segmentos sociais – assoldados, peões, cavaleiros, vilões, burgueses, infanções, ricos-homens – atravessados por nuances que vão da riqueza à penúria, todos os segmentos sociais são cantados e decantados uns pelos outros, o que ainda potencializa o número de combinações possíveis, já que o cavaleiro vilão visto por si mesmo não é aquele visto pelo jogral assoldado ou pelo infanção empobrecido, pelo rei ou pelo trovador da nobreza tradicional.²⁷

No trovadorismo galego-português é possível identificar, portanto, as dicotomias provenientes da vivência social do contexto do qual ele foi criado e para o qual retorna a partir de simbologias, ideologias e identidades veiculadas pelas cortes régias afim de difundir uma imagem de sabedoria e sofisticação²⁸ que contribuem para a afirmação do poder régio. Além disso, a arena trovadoresca também contribuía para o entrelaçamento de múltiplos contextos sociais, para a manifestação das tensões sociais e para a produção de identidades sociais. Enquanto nas cortes provençais e alemãs as tensões giravam em

²⁷ BARROS, José D'Assunção. O trovadorismo galego-português e o embate centralizador: encontros entre política e poesia nos primórdios medievais da construção nacional portuguesa. *Revista Literatura e Debate*, v.1, n.1, dez. 2007. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/414>. Acesso em: 15/12/2014, p. 12.

²⁸ BARROS, José D'Assunção. A prostituta como agente de circularidade no trovadorismo ibérico. (séculos XIII e XIV). *Àrtemis*, v. 2, jul, 2005, p. 58. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2350>. Acesso em: 15/12/2014, p. 56.

torno de questões estilísticas, nas cortes ibéricas o foco principal era de cunho social e político.

Por meio delas os trovadores-fidalgos depreciavam os jograis e segréis não-aristocratas, enquanto estes alardeavam uma igualdade trovadoresca em relação aos primeiros. Do mesmo modo, frações internobiliárquicas se digladiavam, linhagens se contrapunham, nobreza tradicional e nova nobreza emergente se entrechocavam nos contendores trovadorescos a sua representação poética.²⁹

Assim, percebe-se que os jograis eram agentes socioculturais extremamente ativos nas cortes ibéricas e que contribuía para a transmissão de valores culturais e sociais. Entretanto, eles encerram uma identidade ambígua, uma vez que eram assimilados no ambiente trovadoresco, seja ele as cortes régias, as cidades, as festas, mas eram, em certa medida, marginalizados por essa mesma atividade pela qual se inseriam na sociedade medieval ibérica. Tal marginalização ocorria através da necessidade de uma afirmação de identidade sociocultural. Os trovadores defendiam a sua identidade em contraposição à identidade do jogral que era aceita, mas menosprezada.

Entretanto, é possível verificar o vínculo existente entre trovadores e jograis: o da transmissão dos valores sociais, culturais e ideológicos da sociedade trovadoresca que possibilitou a multiplicidade

²⁹ Ibid, p. 59.

de vozes que contribuíram para a apreensão de uma parcela extremamente rica da cultura medieval ibérica. Outro ponto em comum a trovadores e jograis era a fama. Através das disputas trovadorescas ambos os grupos se faziam conhecidos na arena trovadoresca. Além do mais, os jograis, devido à sua itinerância, contribuíam para a disseminação das cantigas entre as cortes ibéricas. O próprio rei Dom Dinis utilizou-se da sua habilidade poética para ganhar a fama de que trovava melhor que os provençais. Este foi um artifício retórico-poético, mas é possível que tenha corrido as cortes nas vozes dos jograis que cumpriram, assim, o papel de disseminadores de uma cultura poético-musical, fazendo-se ouvir e cantando os feitos amorosos e políticos que a lírica galego-portuguesa testemunhou.

Referências

BARROS, José D'Assunção. O trovadorismo galego-português e o embate centralizador: encontros entre política e poesia nos primórdios medievais da construção nacional portuguesa. *Revista Literatura e Debate*, v.1, n.1, dez. 2007. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/414>. Acesso em: 15/12/2014, p. 12.

_____. Afrontando o rei através da poesia – um estudo sobre as lutas de representações entre os trovadores medievais ibéricos dos séculos XIII e XIV. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 34, jan./jun., 2006. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/19035/10234>. Acesso em: 15/12/2014.

_____. A prostituta como agente de circularidade no trovadorismo ibérico. (séculos XIII e XIV). *Ártemis*, v. 2, jul, 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2350>. Acesso em: 15/12/2014

BASTOS, Douglas Santos. Os jograis como agentes culturais na medievalidade ibérica: séculos XIII e XIV. *Roda da Fortuna Revista eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*. V. 2, n.1, 2013. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/3fdd18_abc3567be3542ee18a266f2fe8f784c7.pdf. Acesso em: 01/08/2014.

CLOUZOT, Martine. Um intermediário cultural no século XIII: o jogral. *Signum*, número 7, 2005.

ESTEVES, Elisa Nunes. *O poeta D. Dinis*. Congresso Internacional Dom Dinis. Disponível em: <http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/4207/1/Congresso%20Internacional%20Dom%20Dinis3.docx> . Acesso em: 26/08/2012.

GOMES, Saul António. Breves observações sobre jograis e cultura urbana na Coimbra medieval. *Revista de História das Ideias*, Coimbra v.19, 1997.

GONÇALVES, Elsa; RAMOS, Maria Ana. *A lírica galego-portuguesa*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1983.

LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.

LANG, Henry R. *Cancioneiro d'el Rei Dom Denis e estudos dispersos*. MONGELLI, Lênia Márcia; VIEIRA, Yara Frateschi (org.). Niterói: Editora da UFF, 2010.

Lopes. Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro et al. *Cantigas medievais galego-portuguesas [base de dados online]*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, 2011. Disponível em: <http://cantigas.fcsch.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=424&tamanho=13&semanotacoes=true>. Acesso em 30/07/2014.

LOPES, Óscar; SARAIVA, António José. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto editora, 1955.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MENDES, Ana Luiza. *A história que se faz cantiga nas barcarolas galego-portuguesas*. São Paulo: Ixtlan, 2014.

_____. *O diálogo entre a razão e o pecado nas correspondências de Abelardo e Heloísa*. São Paulo: Ixtlan, 2013.

SANTOS, Dulce O. Amarante. Outros olhares sobre a jograria ibérica urbana (sécs. XIII-XIV). *História Revista*, 5 (1/2), jan/dez, 2000. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/10590>. Acesso em: 31/07/2014.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*. Volume I. Lisboa: Editorial Verbo, 1979.

SPINA, Segismundo. *A lírica trovadoresca*. São Paulo: EDUSP, 1991.

TAVANI, Giuseppe. *Trovadores e jograis. Introdução à poesia medieval galego-portuguesa*. Alfragide: Caminho, 2002.

_____. *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

Religião, identidade e prática política no reinado de Alfred de Wessex (871-899)

Monah Nascimento Pereira¹

Resumo: A partir da análise da versão anglo-saxônica da *De Consolatione Philosophiae*, produzida entre os séculos IX e X no reino de Wessex e atribuída ao rei Alfred, procuraremos compreender o modo como se deu a criação de um ideal de identidade calcado na religião e na tradição latino cristã. Este ideal, em última instância, fortalece um novo modelo de prática real, apontando para um processo de unificação do reino, defesa ante aos invasores Vikings e integração de outras populações de acordo com interesses e necessidades reais. Observaremos a forma como a virtude cristã da sabedoria é recorrentemente retomada no texto, de modo a configurar uma busca por legitimação política a partir de um discurso de poder calcado na religiosidade cristã e seus preceitos.

Palavras-chave: Rei Alfred; identidade; Anglo-saxões.

Abstract: From the analysis of Anglo-Saxon version of *De Consolatione Philosophiae*, produced between the ninth and tenth centuries in the kingdom of Wessex and attributed to King Alfred, our aim will be to understand the creation of an ideal of identity based on religion and Latin Christian tradition. This ideal, ultimately strengthens a new model of royal practice, pointing to a process of unification of the kingdom, defence against the Viking invaders and integration of other populations according to royal interests and needs. We will research

¹ Mestranda em História na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista CNPq.

how the Christian virtue of wisdom is repeatedly discussed in the text, configuring a search for political legitimacy through a discourse of power based in the Christian religion and its precepts.

Key words: King Alfred, identity; Anglo-Saxons.

Tradicionalmente, ao se estudar o reinado de Alfred entre os anglo-saxões no século IX, remonta-se à Carlos Magno e o renascimento carolíngio do século anterior, de forma que pesquisadores buscam demonstrar as conexões entre tais contextos históricos. De fato, a aproximação entre ambos é evidente, tanto no que se refere a relações diplomáticas estabelecidas entre os francos e os reinos insulares de Mércia e de Wessex², quanto na própria similaridade em alguns dos pontos centrais dos chamados “projetos educacionais” que teriam sido gestados por Carlos Magno e Alfred respectivamente. Entretanto, uma abordagem mais abrangente se faz possível, na medida em que observamos uma recorrente readaptação de valores e ideais romano-germânicos nos escritos tidos como alfredianos.

Notadamente, observa-se um esforço existente em tal contexto para que se traduzissem para a língua vernácula obras da Patrística Cristã. Estas foram produzidas originalmente, em grande medida, em

² A este respeito vide a carta enviada por Carlos Magno a Offa, rei dos Mércios, por exemplo. Apud.CROSSKEY-HOLLAND, Kevin (trad.). *The Anglo-Saxon World – An Anthology*. Oxford: Oxford University Press, 1999. pp. 189-191. Outro ponto a ser destacado é o próprio casamento do pai de Alfred com Judith, filha de Carlos, o Calvo, o qual evidencia as aproximações políticas e diplomáticas entre os reinos.

um momento de construção e consolidação das monarquias romano-bárbaras, as quais se pautavam em elementos clássicos, bem como em valores ditos “germânicos”. Segundo Marcelo Cândido,

a grande contribuição da noção de Antiguidade Tardia é ter situado a instalação dos bárbaros no Ocidente menos em termos de fim do mundo romano do que de um rearranjo de forças que conduziu à constituição de um mundo ainda marcado pela influência da românia, mas profundamente original.³

Nesse sentido, o reinado de Alfred bebe dessa mesma fonte, na medida em que retoma como voz de autoridade autores como Boécio e Orósio⁴. Na versão Alfrediana da *Consolation of Philosophy*, por

³ SILVA, Marcelo Cândido. *Entre “Antiguidade Tardia” e “Alta Idade Média”*. In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 2/n.3, 2008. p. 57.

⁴ No que se refere a questão da autoria e datação das obras alfredianas a maioria dos estudiosos concorda que estes vários dos textos como *Regula Pastoralis* de Gregório Magno, *De Consolatione Philosophiae* de Boécio, *Soliloquia* de Santo Agostinho, teriam sido de autoria de uma mesma pessoa, ao que tudo indica Alfred, com o auxílio de um ou mais ajudantes (sendo Asser, seu cronista, um dos possíveis colaboradores. Entretanto há aqueles, como Godden, que questionam a autoria da *De Consolatione* e *Soliloquia*, mas o autor não apresenta outra alternativa concreta para problema da autoria. De todo modo, como aponta Pratt, nesses trabalhos pode-se observar a presença de uma voz dominante, consistente em termos de estilo e coerentemente incluída no plano educacional e de traduções de Alfred, o qual inclui também artefatos de cultura material como a joia de Alfred. De toda forma, a própria atribuição de tais obras a Alfred ainda em tempos medievais, já no século X, demonstra a conexão que se via ou que se queria fazer ver entre o rei e as traduções. Para mais informações sobre o assunto vide: GODDEN, Malcolm. *Did King Alfred Write Anything?* In: *Medium Ævum* 76.1, 2007. p 1-23; PRATT, David. *Persuasion and Invention at the*

exemplo, percebemos como forte eixo temático a busca por sabedoria como guia da conduta do homem justo. Tal virtude é inserida no escopo dos preceitos cristãos, mas também remontando às noções clássicas segundo as quais *Filosofia*, uma das interlocutoras do texto original, e *Sabedoria* são a própria imagem da perfeição e, nesse caso, perfeição divina.

O prefácio da obra supracitada aponta logo de início que a tradução do latim para o inglês antigo foi feita de modo que o texto foi traduzido por vezes palavra por palavra, mas em outros momentos sentido por sentido (*sense for sense*), de forma a explicar o texto “on account of the various and multiple worldly cares which often busied him [Alfred] in mind and body”⁵. Destarte, percebe-se a busca por uma readaptação da obra de forma a melhor corresponder à sua realidade, de modo a re-significar valores e atributos provenientes de uma tradição clássico-cristã. Os assuntos práticos, mundanos, são apontados como relevantes para tradução da obra, que pode nos revelar pistas de uma

Court of King Alfred the Great. In: Catherine Cubitt (Ed.). *Court Culture in the Early middle Ages: The Proceedings of the First alcuin Conference*. Turnhout: Brepols, 2003. p. 189-221. e DISCENZA, Nicole Guenther. *The King's English: strategies of translation in the Old English Boethius*. Albany: State University of New York, 2005. p. 139-140.

⁵ “Levando em conta as várias e múltiplas preocupações mundanas que muitas vezes ocuparam-no [Alfred] em mente e corpo”. Livre Tradução. GODDEN, Malcolm e IRVINE, Susan (ed.). *The Old English Boethius: An Edition of the Old English Versions of Boethius's De Consolatione Philosophiae (2 volumes)*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 1.

prática política específica na Inglaterra anglo-saxônica a partir de Alfred.

Ao se pensar política na era alfrediana, é preciso primeiramente compreender os mecanismos e as práticas exercidas no interior da sociedade política em questão. Nesse sentido, percebe-se que a prática política *per se* não pode ser deslocada de uma discussão teológica e filosófica. A teoria política observada no período em questão se pauta, em grande medida, em argumentos teológicos, cuja fonte maior é o cristianismo. Este é caracterizado por sua doutrina, moral e ritos, constituindo-se como uma filosofia revelada, que não se apresenta apenas em forma de discurso, mas que também leva a práticas concretas.

No caso de Alfred, compreendemos as diversas versões de clássicos da patrística produzidas ou atribuídas a seu reinado como uma busca por normatização de uma identidade, a qual é apresentada à sua sociedade política por meio de uma chamada tradução inventiva⁶ de tais obras para o inglês antigo. Várias delas eram de cunho filosófico, como a *Consolation of Philosophy*, de Boécio, a qual discute questões espirituais principalmente pelo foco da Sabedoria, grande interlocutora do diálogo apresentado no texto. Destarte, apresenta-se uma vinculação

⁶ Segundo David Pratt, tais obras caracterizavam uma centralização real dos novos discursos de poder, os quais se pautavam em textos cuja autoria se encontrava monopolizada por atos de tradução inventiva. PRATT, David. *The political thought of king Alfred the Great*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. P. 339.

à nível de tradição cultural e espiritual entre Alfred e essa reconhecida voz de autoridade, de maneira que a política se encontra intermeada na obra filosófica, na qual também são realçados elementos cristãos.

Tece-se assim um discurso de legitimação do rei, o qual se utiliza da atualização de valores clássicos e cristãos, objetivando a apresentação de um novo ideal identitário, pautado na valorização da instrução e da religião. Alfred não fora destinado a governar inicialmente, uma vez que era apenas o quinto filho varão e assumiu o trono somente após a morte de seus quatro irmãos mais velhos. Observa-se assim a necessidade ainda mais premente de se fortalecer a posição do mesmo como governante, o que foi feito através dos escritos produzidos na época.

De acordo com a visão isidoriana, a qual também é apresentada na *Consolation*, os escritos detêm uma grande importância no sentido de relatar o que ocorreu e são, portanto, verdadeiros. Na obra supracitada apresenta-se uma visão do papel daquele que escreve, criticando inclusive os maus escritores, os quais deixavam de cumprir sua função moral a contento.

[...] it has often very grievously happened through the misfortunes with writers that, because of their sloth and carelessness and lack of attention, they left unwritten the customs of those men and the deeds of

those who in their day were most famous and most worthy of honour.⁷

O papel da escrita é assim visto como crucial para o registro daquilo que se passa e, portanto, esta pode ser considerada uma importante ferramenta de legitimação, fazendo circular discursos tecidos e aprovados por um rei com uma notável necessidade de sublimação de um certo defeito de nascimento, por assim dizer. Este, por vias sucessórias que valorizavam a primogenitura, não seria o rei mais indicado para ascender ao poder. Entretanto o uso da palavra escrita foi utilizado recorrentemente por Alfred para fortalecer sua posição como governante. Isso não foi feito apenas nos trabalhos de tradução a ele atribuídos, mas também e especialmente em outros textos, como a sua biografia régia, escrita pelo bispo galês Asser em aproximadamente 893. Nesta, percebemos também a constante associação de Alfred com as virtudes religiosas e com a própria religião em si, tendo sido ele apontado na obra, ainda quando pequeno em visita a Roma, como o favorito do próprio Papa.

In the same year [853] King Æthelwulf sent his son Alfred to Rome in state, accompanied by a great

⁷ “Com frequência ocorreu muito gravemente através dos infortúnios com escritores que, por causa de sua preguiça e descuido e falta de atenção, deixaram de escrever os costumes e feitos daqueles que em sua época, foram os mais famosos e mais dignos de honra.” (Livre Tradução) GODDEN, Malcolm e IRVINE, Susan (ed.). Op. Cit. P. 28.

number of both nobles and commoners. At this time the lord Pope Leo was ruling the apostolic see; he anointed the child Alfred as king, ordaining him properly, received him as an adoptive son and confirmed him.⁸

Tal menção demonstra uma tentativa de utilização da voz de autoridade do Papa para confirmar ou legitimar o reinado de Alfred, o qual apresentava uma forte identificação com o catolicismo, ou seja, a prática reta do cristianismo. Em uma carta enviada ao pai de Alfred, o papa Leão apresenta sua visão a respeito do encontro com o menino, a qual difere um pouco daquela mencionada na biografia.

We have now graciously received your son Alfred, whom you were so anxious to send at this time to the threshold of the Holy Apostles, and we have decorated him, as a spiritual son, with the dignity of the belt [*or* sword] and the vestments of the consulate, as is customary with Roman consuls, because he gave himself into our hands.⁹

⁸ “No mesmo ano [853] o Rei Æthelwulf enviou seu filho Alfred a Roma, acompanhado por um grande número de ambos os nobres e pessoas comuns. Neste momento, o senhor papa Leão estava governando a Sé Apostólica; ele ungiu a criança Alfred como rei, ordenando-o corretamente, recebeu-o como um filho adotivo e confirmou-o.” (Livre Tradução) KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. *Alfred the Great – Asser’s life of king Alfred and other contemporary sources*. London: Penguin, 1983. P. 69.

⁹ “Recebemos graciosamente seu filho Alfred, a quem você estava tão ansioso para enviar neste momento para a soleira dos Santos Apóstolos, e o decoramos, como um filho espiritual, com a dignidade do cinto [ou a espada] e os paramentos do consulado, como é costume com cônsules romanos, porque ele deu-se a si mesmo em nossas

Assim sendo, Keynes e Lapidge salientam que “the chronicler probably intended merely to convey that Alfred had been marked out for kingship when still a young boy, in much the same way as heavenly signs attended the birth of those who were to become saints”¹⁰. Não se trataria apenas de uma legitimação por sangue assim, questão essa que inclusive é relativizada na *Consolation*, por exemplo, mas também por predestinação. De acordo com a concepção teleológica e providencialista de história presente nos escritos alfredianos, Alfred seria o melhor rei e demonstraria isso por suas práticas de governo, eficazes tanto no campo das armas como no campo das letras e da fé.

Nesse sentido elencamos como fonte primária para nossa análise a tradução para o inglês antigo da *De Consolatione Philosophiae*, originalmente escrita em latim por volta do ano de 524, três séculos antes. A *Consolatione* é um tratado filosófico escrito por Boécio enquanto este se encontrava, ao que tudo indica, aprisionado por traição ao então imperador godo Teodorico. No texto, Boécio se encontra desiludido com sua fortuna adversa, ao que é confrontado pela Filosofia, que busca confortá-lo e demonstrar que apesar dos infortúnios

mãos.” (Livre Tradução) POPE LEO IV, Apud. KEYNES, Simon e LAPIDGE Michael. Op. Cit. p. 232.

¹⁰ “O cronista, provavelmente, tinha apenas por objetivo transmitir que Alfred havia sido marcado para a realeza quando ainda garoto, da mesma forma que os sinais celestiais marcavam o nascimento dos que viriam a se tornar santos.” (Livre Tradução) KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. Op. Cit. p. 232.

vivididos pelo autor este sempre estaria amparado por seu conhecimento e sua razão.

O sentido atribuído à obra original em sua versão anglo-saxônica aponta que o objetivo de Boécio, ao se colocar contra Teodorico, era o de recuperar os antigos direitos romanos e também a própria Cristandade, exemplificando justamente dois dos grandes pilares dos textos traduzidos no período: uma tradição clássica e os preceitos cristãos. Considerando-se a associação da *Consolation* com o reinado de Alfred, nota-se assim que tais pilares também servem ao objetivo de consolidar ante a sociedade política uma visão específica acerca de uma cultura política, na qual a legitimidade se dá pela virtude mais do que apenas pela genealogia. Assim, quando Teodorico é mencionado, não se ignora a questão da ancestralidade, mas esta não tem primazia sobre suas práticas religiosas; “this Theodoric was of the line of Amul. He was Christian, although he persisted in the Arian heresy”¹¹. A tradicional identidade de linhagem, estirpe, é assim reconhecida, mas passa a ser relativizada pela heresia ariana, de modo a valorizar a religião como base principal da criação de uma identidade anglo-saxônica.

¹¹ “Este Teodorico era da linhagem dos Amal. Era cristão, embora persistisse na heresia ariana.” (Livre Tradução) GODDEN, Malcolm e IRVINE, Susan (ed.). Op Cit. p. 4.

No quinto capítulo da obra, Sabedoria e Razão se dirigem a Boécio, afirmando:

I realised that you had departed from your father's country, that is, from my teachings. [...] No-one should have expected such thing of you either, if you were willing to recall of what birth you were and of what citizenry, as regards the world, or again, in a spiritual sense, of what community you were in your mind and in your reason, that is that you are one of the righteous and well-intentioned (those are the citizens of the heavenly Jerusalem)¹².

Nessa passagem, há a criação de uma identidade comum para os homens bons, ou no sentido salomônico proveniente da sabedoria, de homem sábio. O nascimento é levado em consideração, mas o verdadeiro pai de Boécio seria a própria sabedoria em si, por meio da qual ele teria conseguido toda sua riqueza e dignidade¹³. Em última instância, a forma pela qual o indivíduo consegue atingir a sabedoria é através do treinamento e instrução. Ora, a tradução de obras tradicionais latinas para a língua vernácula, que começa a ocorrer de forma mais

¹² “Percebi que você tinha se afastado dos domínios de seu pai, ou seja, de meus ensinamentos. [...] Ninguém tampouco teria esperado tal coisa de você, se você estivesse disposto a se lembrar de que nascimento você era e de que cidadania, no que diz respeito ao mundo, ou mais uma vez, em um sentido espiritual, do que comunidade você era em sua mente e em sua razão, ou seja que você é um dos justos e bem-intencionados (esses são os cidadãos da Jerusalém celeste)” (Livre Tradução) GODDEN, Malcolm e IRVINE, Susan (ed.). Op Cit. p. 7.

¹³ Idem. p. 11.

marcante a partir de Alfred, visava justamente difundir entre os ealdormen e thegns¹⁴ os conhecimentos autorizados considerados de extrema importância, isto é, virtudes cristãs tais quais sabedoria, a mãe de todas as virtudes, além de cautela, moderação, coragem e justiça¹⁵. Caracteriza-se assim um discurso de poder que visa apresentar moldes de conduta e pensamento para uma sociedade política que tradicionalmente, durante o medievo, precisa ser conquistada pelos governantes, uma vez que sem seu apoio o exercício do poder se torna extremamente difícil.

Sabedoria e Razão exprimem então seu desejo de colocar a Mente (personagem que substitui o original Boécio durante boa parte do texto) no bom caminho, o caminho do saber; “so I would wish, Mind,

¹⁴ Esta foi uma terminologia que surgiu como a versão vernácula equivalente a vários títulos em latim, como *princeps*, *dux*, *comes*, *praefectus*. Ou seja, tratava-se de uma nomenclatura genérica usada para designar homens de grande importância que detinham autoridade, muitas vezes referindo-se a títulos quase reais. Entretanto, o significado da palavra foi se alterando ao longo do tempo e, no período alfrediano, *ealdorman* era utilizado para definir líderes de condados individuais. Dessa forma, *ealdorman* era, assim como o termo *thegn*, utilizado amplamente tanto como caracterização de uma nobreza quanto de personagens de autoridade subordinados ao rei, de forma que o status dessas pessoas era principalmente bem definido no que se refere a uma inferioridade com relação a Alfred, por exemplo, que detinha o título real.

¹⁵ A esse respeito, vide *From the translation of Boethius's Consolation of Philosophy*. Apud. KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. *Alfred the Great – Asser's life of king Alfred and other contemporary sources*. London: Penguin, 1983. p. 133. Essa é uma das passagens acrescentadas na versão anglo-saxônica, não presente no texto original em latim, o que demonstra uma preocupação específica da época em enumerar as virtudes segundo as quais os homens bons deveriam se comportar, todas elas em coordenação com os preceitos cristãos.

that you came up to us if you wished, on condition that you afterwards with us are willing to seek the earth for the sake of good people”¹⁶. A Sabedoria então convida Boécio a juntar-se a ela novamente, mas sempre tendo em mente o bem das boas pessoas, como que em uma missão, da qual o homem sábio é o instrumento, tal qual o ideal de rei sábio presente na tradição salomônica, também incorporada desde o contexto carolíngio.

Tal obra de cunho filosófico apresenta assim um acentuado tom cristão, pelo qual se procura definir uma identidade aos anglosaxões, que vai além das questões de ancestralidade. Essa forma de pensar justifica a legitimidade de um rei voltado para as questões da alma e coloca a religião como base de um ideal identitário e cultural que se quer transmitir ao reino. Nesse sentido, em última instância, não são apenas laços familiares, sanguíneos ou étnicos que definem um homem e sim as virtudes que este possui. Na *Consolation* a Sabedoria cita o sogro de Boécio, Symmachus, e lembra-o de quão caro este era para o aprisionado, mas isso não por laços familiares, necessariamente, mas por suas qualidades a citar: sabedoria e demais virtudes. Da mesma maneira sua filha, esposa de Boécio, seria uma mulher cheia de

¹⁶ “Então eu gostaria, Mente, que você viesse até nós, se assim desejasse, desde que você posteriormente conosco esteja disposto a buscar a terra para o benefício das boas pessoas” (Livre Tradução) GODDEN, Malcolm e IRVINE, Susan (ed.). Op Cit. p. 12.

prudência, modéstia e pureza, e os filhos do casal também possuíam as virtudes do pai e do avô, “as like old man as young can be”¹⁷.

Sabedoria se refere aos Romanos como os ancestrais dos homens e estes não eram intrinsecamente bons por sua estirpe, uma vez que as ações e a conduta podem fazer com que o homem se desvie do bom caminho; “*your*”¹⁸ ancestors of old, the counsellors of the Romans, first removed the kingly name from Rome in the days of Tarquin, the proud king, because of his arrogance”¹⁹. Assim sendo, o poder é tão bom quanto aquele que o exerce, ou segundo o texto “power is never good unless he who has it is good”²⁰. A autoridade advém da virtude e da excelência e não o contrário, pois o que define um homem é sua prática reta.

É claro que este tratava-se de um ideal difundido especialmente para uma elite e não era necessariamente uma prática presente entre a população como um todo. A ideia de uma identidade forjada nas bases do cristianismo e a própria organização social decorrente disso eram instrumentais para o governo de Alfred e sua

¹⁷ “Tão parecidos com os homens velhos quanto os jovens podem ser.” (Livre Tradução) Idem. p. 15.

¹⁸ Este “*your*” em itálico refere-se aos homens como um todo, no plural, e não apenas Boécio mas aqueles de seu meio também.

¹⁹ “seus antepassados de tempos antigos, os conselheiros dos romanos, primeiro removeram o nome real de Roma nos dias de Tarquino, o rei orgulhoso, por causa de sua arrogância.” (Livre Tradução) GODDEN, Malcolm e IRVINE, Susan (ed.). Op Cit. p. 23.

²⁰ “O poder nunca é bom, a não ser que aquele que o possui seja bom.” (Livre Tradução) Idem. p. 23.

descendência, os quais buscavam legitimação de sua linhagem, uma constante na Idade Média. Além disso, observa-se neste contexto uma soma de fatores que ajudaram a moldar um novo cenário político na ilha, de modo que Alfred teve de enfrentar dificuldades ante aos inimigos Vikings e também acabou por buscar estender sua hegemonia para além de Wessex, de modo a não ser mais considerado apenas rei dos saxões do oeste, mas sim rei dos anglo-saxões²¹.

No que se refere a um projeto de organização social pautado no cristianismo, é notável a presença de uma alusão à sociedade tripartida, mais de um século antes do que preceituou Adalberon de Laon a respeito do tema. Discorre a Mente:

Truly you know that no-one can show any skill, or exercise or control any power, without tools and material. The material of any skill is that without which one cannot exercise that skill. Then the material for a king and his tools for ruling with are that he has his land fully manned. He must have prayer-men and army-men and work-men²².

²¹ A esse respeito, vide PEREIRA, Monah N. *Warfare and Wisdom – as bases legitimadoras da monarquia Anglo-Saxã sob Alfredo, o Grande (871-899)*. Monografia de conclusão de curso. 2010.

²² “Verdadeiramente você sabe que ninguém pode demonstrar qualquer habilidade, ou exercitar ou controlar qualquer poder, sem ferramentas e material. O material de qualquer habilidade é aquele, sem o qual não se pode exercer essa habilidade. Então o material para um rei e os seus instrumentos para governar são de que ele tenha a sua terra totalmente tripulada. Ele deve ter homens de oração e homens de armas e

Tal passagem demonstra uma característica medieval que vem se desenvolvendo mais fortemente a partir do período alfrediano, segundo a qual a Igreja passa a ser um denominador comum para as interações socioculturais. A explicação religiosa para uma sociedade tripartida denota a importância da religião para a definição identitária de um povo, uma vez que os anglo-saxões, sob o reinado de Alfred, devem se comportar de tal forma a disponibilizar para seu bom e sábio rei as ferramentas necessárias para bem governar. Novamente percebemos um projeto de poder e de prática real que se entrelaça com a produção cultural do período.

Nesse sentido, a ancestralidade e linhagem são relativizadas, de forma que conceitos classicamente valorizados pela etnogenese²³ não seriam o fator único e preponderante na definição do caráter de um homem da identidade de um grupo. Esta se deveria, de acordo com o ideal alfrediano, a uma unidade cristã atingida através da formação, muito na linha da *paideia* e *humanitas*.

He who wants to have complete power must first
strive to have power over his own mind [...]

homens de trabalho” (Livre Tradução) GODDEN, Malcolm e IRVINE, Susan (ed.). Op Cit. p. 26.

²³ A esse respeito, vide os trabalhos de Andrew Gillet, “*On Barbarian Identity*” e Herwig Wolfram, “*Origo et Religio*”, na coletânea de Thomas Noble, “*From Roman provinces to Medieval kingdoms*”.

Therefore I urge you that you rejoice over other men's goodness and their noble birth to the extent that you do not claim it for your own, for every man's goodness and his nobility is more in the mind than in the flesh²⁴.

A obra aponta que todos os homens vieram de um pai e uma mãe, e que, em última instância, Deus é o supremo pai de todos os homens²⁵, por isso a nobreza se dá pela educação da mente e busca pela sabedoria mais do que por parentesco. A preocupação em colocar a religião como a baliza para identificação dos homens nobres é bastante importante em um contexto no qual observam-se intensas interações culturais entre escandinavos e anglo-saxões, sendo que muitos dos nórdicos já haviam abandonado suas atividades predatórias Vikings em favor de assentamento na ilha. O volume de elementos até então considerados externos e a crescente interação entre estes e a população local levam a delimitar barreiras étnicas, mas também criar princípios de regulação para interação entre os diferentes povos que passam a dividir o mesmo espaço.

²⁴ “Aquele que quer ter poder total deve primeiro se esforçar para ter poder sobre sua própria mente [...] Por isso peço-lhe que se alegre com a bondade de outros homens e sua origem nobre, na medida em que não reclame-a para si próprio, pois a bondade de cada homem e sua nobreza está mais na mente do que na carne” (Livre Tradução) GODDEN, Malcolm e IRVINE, Susan (ed.). Op Cit. pp. 44-45.

²⁵ Idem. P. 45.

Ao apontar a fé cristã como baluarte da sua identidade e legitimação, tal fé não inclui a heresia ariana, uma vez que é dito explicitamente que “God is single and undivided”²⁶. De acordo com este raciocínio, pagãos e arianos estariam excluídos. Nesse sentido, a sabedoria cristã reta seria a única forma de se chegar à uma unidade, característica do divino e aspiração do reino. Aqueles que buscam a recompensa em Deus e não na fama terrena podem de fato aproximar-se dessa universalidade; os homens seriam muito diferentes uns dos outros e muito passageiros, mas a sabedoria vem de Deus. Podemos observar a importância dada a tais questões religiosas em relação a questões étnicas quando observamos o episódio do fim da guerra entre Alfred e o rei nórdico Guthrum, o qual dominava a Ânglia Oriental na década de 870.

Na *Anglo-Saxon Chronicle*, descreve-se a cristianização de Guthrum em 878 após este ter sido derrotado pelo exército de Alfred, processo em que o próprio rei anglo-saxão teria sido o padrinho de batismo do até então inimigo: “Three weeks later King Guthrum with 30 of the men who were the most important in the army came [to him] at Aller [...] and the king stood sponsor to him at his baptism there; and the unbinding of the chrism took place at Wedmore”²⁷. Ainda mais

²⁶ “Deus é único e indivisível” (Livre Tradução) GODDEN, Malcolm e IRVINE, Susan (ed.). Op Cit. p. 48.

²⁷ “Três semanas mais tarde o rei Guthrum com 30 dos homens que eram os mais importantes no exército veio [até ele] em Aller [...] e o rei tornou-se padrinho no seu

interessante que a prática relativamente comum de conversão de reis derrotados é o tratado firmado entre ambos os reis, no qual se diz que todos os anglo-saxões bem como todas as pessoas instaladas em Ânglia Oriental haviam concordado com os termos. Apesar da distinção aqui existente entre os de “raça inglesa”²⁸ e os demais, os termos do tratado fixam um valor igual de compensação pela morte de qualquer destes homens; “if a man is slain, all of us estimate Englishman and Dane at the same amount, at eight half-marks of pure gold”²⁹.

Assim sendo, Alfred estende sua hegemonia sobre essas pessoas, aceitando-as sob sua tutela mediante sua conversão ao cristianismo, grande pilar identitário de seu governo. Tal prática justificaria a hegemonia e a unidade apenas alcançáveis através de Deus, ou seja, do cristianismo.

Bibliografia:

ABELS, Richard P. *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*. Harlow: Longman, 1998.

batismo lá; laço da crisma teve lugar em Wedmore.” (Livre Tradução) *The Anglo-Saxon Chronicle*. Apud. CROSSKEY-HOLLAND, Kevin (trad.). Op. Cit. p. 41.

²⁸ Apud. KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. *Alfred the Great – Asser’s life of king Alfred and other contemporary sources*. London: Penguin, 1983. p. 171.

²⁹ “Se um homem é morto, todos nós estimamos a mesma quantia para ‘Ingleses’ e ‘Dinamarqueses’, a qual será de oito half-marks de ouro puro” (Livre Tradução) Idem. P. 171.

BLAIR, John. *The Church in Anglo-Saxon society*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

BLAIR, Peter Hunter. *An introduction to Anglo-Saxon England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CARNICELLI, Thomas. *King Alfred's Version of St. Augustine's Soliloquies*.

CROSSKEY-HOLLAND, Kevin (trad.). *The Anglo-Saxon World – An Anthology*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

DISCENZA, Nicole Guenther. *The King's English: strategies of translation in the Old English Boethius*. Albany: State University of New York, 2005.

GODDEN, Malcolm. *Did King Alfred Write Anything?* In: *Medium Ævum* 76.1, 2007. p 1-23.

_____ e IRVINE, Susan (ed.). *The Old English Boethius: An Edition of the Old English Versions of Boethius's De Consolatione Philosophiae (2 volumes)*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

GREENFIELD, Stanley B. e CALDER, Daniel G. *A new critical history of Old English literature*. New York: New York University Press, 1986.

JAMES, Edward. *Europe's Barbarians*. Routledge, 2009.

KEYNES, Simon e LAPIDGE, Michael. *Alfred the Great – Asser's life of king Alfred and other contemporary sources*. London: Penguin, 1983.

LAPIDGE, Michael (ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Anglo-Saxon England*. Blackwell Publishing, 2000.

MEDEIROS, Elton O. S. *Alfredo o Grande e a linhagem sagrada de Wessex: a construção de um mito de origem na Inglaterra anglo-saxônica*. In: COSTA, Ricardo da (coord.). *Mirabilia 13 – As relações entre História e Literatura no mundo Antigo e Medieval*. 2011. p. 134-172.

NOBLE, Thomas (ed.). *From Roman provinces to Medieval Kingdoms*. Routledge, 2006.

PEREIRA, Monah N. *Warfare and Wisdom – as bases legitimadoras da monarquia Anglo-Saxã sob Alfredo, o Grande (871-899)*. Monografia de conclusão de curso. 2010.

PRATT, David. *The political thought of king Alfred the Great*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

REUTER, Timothy (Ed.). *Alfred the Great – Papers from the Eleventh-Centenary Conferences*. Ashgate, 2003.

SEDFIELD, Walter John (trad.). *King Alfred's Version of the Consolations of Boethius*. Kessinger Publishing's Legacy Reprints.

SILVA, Marcelo Cândido. *Entre “Antiguidade Tardia” e “Alta Idade Média”*. In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 2/n.3, 2008.

Identidades, cultura e política nas cantigas de Afonso X o Sábio (1252 – 1284).

Mateus Sokolowski¹

Resumo: Através do estudo das *Cantigas de Santa Maria*, compostas na corte de Afonso X de Leão e Castela (1252-1284), temos como principal objetivo descobrir até que ponto os empreendimentos culturais deste monarca contribuíram para a construção de uma identidade unitária do reino. As *Cantigas de Santa Maria* são o maior conjunto de poemas medievais de inspiração religiosa redigidos em galego-português. A partir de uma análise interdisciplinar, com o apoio de estudiosos da área da Literatura, atentaremos ao caráter performático da poesia da Idade Média para confrontarmos elementos das cantigas com a historiografia, dando destaque ao contexto desta produção poética onde o rei tinha que lidar com os desdobramentos da *Reconquista*, caracterizado pelo embate entre o projeto centralizador régio com o conservadorismo da nobreza.

Palavras-chave: Afonso X, Cantigas de Santa Maria, nobreza, identidades.

Abstract: Through the study of the *Cantigas de Santa Maria*, composed at the court of Alfonso X of Castile and Leon (1252-1284), our main objective is to find out to which extent the cultural initiative of that monarch to develop a unitary identity of the kingdom. The *Cantigas de Santa Maria* is the largest collection of medieval poems written in Galician-Portuguese. From an interdisciplinary analysis, with

¹ Mestrando pelo programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Orientadora: Dr^a. Marcella Lopes Guimarães.

the support of scholars in the Literature's field, we take into consideration the Middle Ages poetry's performative character, in order to confront elements of the songs with the historiography, highlighting the context of this poetic production where the king had to deal with developments of the Reconquista, characterized by the clash between the centralizing regal project with the conservatism of the nobility.

Keywords: Alfonso X, *Cantigas de Santa Maria*, nobility, identities.

O desenvolvimento deste artigo foi impulsionado pela monografia realizada na graduação intitulada: *Por Santa Maria! A fina flor da cavalaria nas cantigas de Afonso X (1252 – 1284)*², onde levantamos traços emblemáticos do cavaleiro elogiado nas *Cantigas de Santa Maria*. Porém, mais do que repostas à problemática desenvolvida, descobrimos uma fonte rica, cuja leitura multiplicou nossos questionamentos demandando uma cuidadosa análise que está em curso na pós-graduação³.

Neste trabalho temos como objetivo - apresentar a pesquisa em andamento - e discutir até que ponto os empreendimentos artísticos e literários Afonso X, contribuíram para a construção de uma identidade unitária do reino de Leão e Castela. O que pretendemos realizar a partir da contraposição da análise das *Cantigas de Santa Maria* escritas na corte do rei, com uma bibliografia atualizada sobre o tema.

² SOKOLOWSKI. M. *Por Santa Maria! A fina flor da cavalaria nas cantigas de Afonso X (1252 – 1284)*. UFPR. Curitiba. 2010.

³ Desenvolve a pesquisa com Bolsa de Estudo de Mestrado pela CAPES.

O reinado de seu pai, Fernando III o Santo (1217 – 1252), foi ilustrado por diversas operações militares, que deram à coroa de Castela a maior parte dos territórios muçulmanos do sul da península durante a *Reconquista*. Tratava-se, na realidade, de uma confederação de reinos: Castela, Toledo, Leão, Galícia, Sevilha, Córdoba, Murcia, Jaén e Badajoz, segundo os títulos reais de Fernando III, que deixou a Afonso X a difícil tarefa de organizar os reinos em uma unidade, bem como defender as novas conquistas⁴.

Afonso X de Leão e Castela foi um dos grandes monarcas ocidentais do século XIII. Elaborou um completo sistema de leis, mandando compor o *Especulo*, as *Siete Partidas*, o *Fuero Real* além de obras historiográficas como a *Crônica Geral da Espanha*. Para Manuel Gonzalez Jimenez, Afonso X recebeu, portanto, merecidamente o cognome de “O Sábio”. Considerado um idealista pelos seus pares, no fim de sua vida enfrentou dificuldades para manter a coroa e viu fracassar seu sonho do título de imperador do Sacro Império Romano Germânico. No entanto, sua obra jurídica bem como seu desempenho de patrono das artes e cultura é universalmente reconhecida como um caso excepcional na história da Europa⁵.

⁴ LOMAX, D. W. *La Reconquista*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 212.

⁵ JIMENEZ, Manuel Gonzalez. *ALFONSO X EL SÁBIO*. Editorial Ariel, S.A., Barcelona., 2004. Ariel biografías. 1ª. ed. 2ª. imp. edición.

Dentro da expressiva obra poética de Afonso X devemos destacar as *Cantigas de Santa Maria*, compostas em sua corte, são o maior conjunto de poemas medievais de inspiração religiosa redigidos em galego-português. A escolha deste idioma comum pelos trovadores de Portugal e Castela superava as barreiras locais e permitia que esses trovadores circulassem entre as cortes régias destes reinos, que se tornaram um foco cultural de destaque no século XIII⁶, fator que reforça a função difusora e propagandística das *Cantigas*⁷. Até o início do século XIII a poesia peninsular realizada nas cortes estava dominada pelo trovar provençal. Contudo, desde Fernando III, a poesia escrita por poetas galegos e portugueses introduziu-se na corte, relegando os provençais ao segundo plano.

Inspiradas em relatos de milagres da Virgem e em lendas de tradição oral, as *Cantigas de Santa Maria* começaram a ser elaboradas nos primeiros anos do reinado do rei Sábio. A primeira centena fora concluída entre 1257 e 1265. Porém, durante todo o reinado, o projeto de cem cantigas passou para duzentas e depois para 427 poemas acompanhados de iluminuras e notação musical. A Cantiga 386, por

⁶ BARROS, José d' Assunção. Diálogo entre dois cancioneiros. O trovadorismo galego-português nos séculos XIII e XIV. In: *REVISTA LETRA MAGNA*. Revista eletrônica de divulgação científica em língua portuguesa, Lingüística e literatura – ano 02 – n. 03, 2º semestre de 2005, p. 3.

⁷ SILVEIRA, Aline dias da. Política e convivência entre cristãos e muçulmanos nas *Cantigas de Santa Maria*. In: PEREIRA, Nilton M., CROSSETTI, Cybele de A., TEIXEIRA, Igor S. *Reflexões sobre o medievo*. GT Estudos Medievais/ ANPUH-RS. São Leopoldo (RS): Oikos, 2009, p. 58.

exemplo, se refere a um milagre ocorrido nas cortes celebradas em Sevilha no outono 1281, próximo ao fim do reinado. As *Cantigas de Santa Maria* sobreviveram em quatro manuscritos separados, todos datados da segunda metade do século XIII: O *Codex Toledano* que está conservado atualmente na Biblioteca Nacional da Espanha: trata-se primeira coleção saída da corte do rei, após 1257, e contém 128 composições com notação musical em 160 folhas de pergaminho. O Segundo Códice está conservado na *Biblioteca Escorial*, também na Espanha, sendo o mais completo e contendo 417 cantigas ilustradas com 40 iluminuras, e leva notação musical. Há também um segundo códice na *Biblioteca Escorial* com 198 cantigas, notação musical e iluminuras, e o códice de Florença, conservada na biblioteca nacional desta cidade contendo 104 cantigas. Para este trabalho nos utilizamos da respeitada edição impressa de 1990 da Real Academia Espanhola⁸ e também consultamos o site Domínio Público⁹ pela confiabilidade e agilidade no acesso a informação.

Para Marina Kleine, a ideologia do rei sábio perpassa toda a sua obra sendo marcante a presença do rei nos poemas¹⁰. Além das

⁸ Alfonso X el Sabio. Cueto, L.A.d,Ribera, J., & Real Academia Española (1889). *Cantigas de Santa Maria*, Madrid, 1990.

⁹ <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acessado em 01/01/2015

¹⁰ KLEINE, Marina. *El rey que es fermosura de Espanna: as concepções do poder real na obra de Afonso X de Castela*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Jose Rivair Macedo, p.11.

Cantigas de Louvor à Santa Maria, atribui-se a Afonso X 44 cantigas profanas da qual a maioria são de escárnio. Nestas o rei criticava o pouco valor mostrado na guerra pelos sodados e reprovava fidalgos e outros covardes que abandonavam as fronteiras conforme mostra a Cantiga n.42 “o que da guerra leou cavaleiros/ e a as terra foi guardar dinheiros. Non vem al maio”. Muito mais violenta é a cantiga de escárnio que tem como estribilho “maldito seja” aos que se retraíram de entrar na terra dos mouros. [Cantiga n 60]¹¹.

Afonso X, além de reunir diversos jograis e trovadores em sua corte, contava com a tradição da centenária escola de tradutores de Toledo e mandou traduzir várias obras do árabe e do latim. Enquanto em outros reinos se empregavam as línguas vernáculas somente para poesia, Afonso X optou pelo idioma romance para suas traduções. Aline Dias da Silveira ressalta a fundamentação prática de traduzir textos do árabe para o castelhano e demonstra como o reconhecimento do outro, na aquisição de saberes, consiste num passo importante para a convivência e para prática da tolerância medieval, que São Tomás de Aquino definiu como pragmática – deve tolerar algum mal para que o mal maior seja evitado¹². Afonso X praticou isso devido a uma necessidade de organizar formas de convívio no contexto peninsular do

¹¹ JIMENEZ, Manuel Gonzalez *op.cit.* p 434.

¹² SILVEIRA, Aline Dias da. FRONTEIRAS DA TOLERÂNCIA E IDENTIDADES NA CASTELA DE AFONSO X. In. FERNANDES, Fátima Regina (Coord.) *Identities e Fronteiras no Medievo Ibérico*. Curitiba: Editora Juruá, 2013. p. 134.

século XIII. Judeus e muçulmanos pagavam seus impostos diretamente a Afonso X de Castela, e eram submetidos bem como as suas propriedades, à proteção do rei cristão¹³. Paralelamente, o rei Sábio contava com o apoio dos não cristãos contra possíveis levantes da nobreza, pois as minorias religiosas deveriam ser integradas de alguma forma ao corpo do reino onde o rei, como é descrito nas *Siete Partidas*, é a cabeça, coração e alma¹⁴.

Afonso X também capitaneou obras historiográficas: o jovem monarca foi um leitor voraz das crônicas do arcebispo de Toledo e acreditava na história como instrumento de justificação de sua própria política, conforme ressalta Manuel Gonzalez Jimenez¹⁵. A *Primeira Crônica General de Espana* foi concebida para servir de suporte para sua reclamação do império e hegemonia sobre a *Hispania*, com a afirmação rotunda de um passado unitário do reino e exaltação da luta de Reconquista dos territórios muçulmanos¹⁶. Cabe aqui, ressaltar a participação da autoria do Rei citando um trecho da crônica:

“el Rey fazer um libro, non porque él escriba com sus manos, mas porquecompone las razones dél, e las emenda e yegua, e enderesça, e muestra lamanera de como se deben fazer, desí escribelas qui él

¹³ *Id.*, p.135

¹⁴ *Id.*, p. 139

¹⁵ JIMÉNEZ, Manuel Gonzalez. *Op.cit.*, p. 428.

¹⁶ *id.* P. 428

manda, pero dezimos poresta razón: el rey el çibro” [GE, I, XVI, cap. 13].¹⁷

Adeline Rucquoi acrescenta que a batalha *Las Navas de Tolosa* travada em 1212 sob a liderança de Afonso VIII de Castela, configurou uma marca de unidade, construída através do grande empreendimento da reconquista territorial, que posteriormente irá existir apenas na pena dos cronistas.¹⁸ O mais importante arquiteto do relato da batalha foi Rodrigo Jimenez de Rada que esteve presente desde a organização até o fim, utilizou-se de um critério cronológico e inovações na narrativa em sua escrita, que futuramente iria modelar a escrita de um dos mais importantes relatos castelhanos: *História de España*, realizada pelos historiógrafos da corte de Afonso X. Trata-se de uma versão ampliada e dramatizada da batalha, que narra a reação cristã como decisiva para vitória sobre o inimigo. Para José Rivair Macedo esta narrativa valoriza a ideia da unidade dos cristãos em torno do rei de Castela e os historiógrafos afonsinos não hesitaram em colocar o rei como figura central do relato¹⁹.

¹⁷ In. JIMÉNEZ. *Op.Cit.* P 431.

¹⁸ RUCQUOI, Adeline, *História Medieval da Península Ibérica*. Trad. Lisboa: Estampa, 1995.p, 177

¹⁹ MACEDO, José Rivair. *Entre a Cruz e o Crescente: cristãos, afro-muçulmanos e a batalha de Las Navas de Tolosa (1212)*, In Guimarães, Marcella Lopes (org.) *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais* – Curitiba. Ed. UFPR, 2013, p, 83.

No século XIII período em que a guerra era uma atividade contínua, que contava com a lealdade de homens ligados uns aos outros por laços de fidelidade, havia uma demanda por unidade e coesão em torno do rei. Para Afonso X assim como para outros monarcas do século XIII, comprometidos com o projeto de centralização do poder real, tratava-se de tentar diminuir a autonomia e os poderes dos grandes senhores que, como vassalos do rei, contavam com a devoção de seus próprios vassalos. A própria organização econômica do reino podia gerar mecanismos de controle régio junto com a construção de discursos didáticos, como as *Cantigas de Santa Maria* escritas pelo rei. Estes modelos seriam absorvidos e readequados em obras futuras solidificando a imagem de um passado comum e de homens ideais através de um discurso cronístico-historiográfico, conforme expôs Fátima Regina Fernandes, especificamente no caso português²⁰.

José Rivair Macedo ressalta que os historiadores no reinado de Afonso X, retiraram da Crônica de Rodrigo Jimenez de Rada, a descrição do preparo dos guerreiros para o combate onde confessavam os pecados e comungavam. Segundo a Crônica, na bandeira dos três reis cristãos reluzia a imagem da Virgem Maria que os protegiam contra o infiel.²¹ Vemos aqui a inserção do relato no projeto mariano de Afonso

²⁰ FERNANDES, Fátima Regina (Coord.) *Identidades e Fronteiras no Medievo Ibérico*. Curitiba: Editora Juruá, 2013. p. 43.

²¹ MACEDO, José Rivair, *Op Cit.* p. 84.

X que assumia um papel unificador em seu reinado caracterizado por conflitos entre diversas entidades políticas. Bem como as crônicas e obras jurídicas, as *Cantigas de Santa Maria* também nos oferecem uma contribuição para o estudo das relações régio-nobiliárquicas, mais do que um monumento estético/literário eram também uma ferramenta política.

Nesse sentido, Paulo Roberto Sodré reforça que Afonso X foi herdeiro de uma corte sensível às atividades trovadorescas, tendo como referência tanto a de seu bisavô Afonso VIII (1158-1214), como a de seu pai Fernando III. Convivendo com uma plêiade de intelectuais e trovadores, e produzindo cantigas de diversas claves e gêneros, reconheceu a importância de regularizar esse convívio que demonstra sua preocupação com a formação cultural do seu reino e sua corte²². Para o autor, as cantigas de escárnio e maldizer não contradiziam a produção lírica amorosa e religiosa; apesar de serem gêneros distintos, eram ao mesmo tempo autônomos e interligados, vista sua natureza de jogo cortês.²³ Ainda segundo o autor:

As Cantigas satíricas não apenas jogos lúdicos, denúncias ou juízos moralistas, são jogos de palavras que oscilam entre a brincadeira e o testemunho lúdico de uma história, exagerando e deturpando

²² SODRÉ, Paulo Roberto, 1962 – *O riso no jogo e o jogo do riso na sátira galego portuguesa* – Vitória: EDUFES, 2010. P, 48.

²³ *Id*, p, 155.

dados, personagens e situações vistas com riso. Compondo com as demais cantigas o repertório cortês de diversão trovadoresca.²⁴

Já nas *Cantigas de Santa Maria*, um gênero moralista por excelência, o Rei Sábio condenava, portanto, os escarnecedores que trovam para outras mulheres, que não a Virgem, conforme percebemos na Cantiga nº 16 “Quen dona fremosa e bõa quiser amar, am’ a Groriosa e non poderá errar”. O amor cortês para com a dama é transferido então para amor à Virgem Maria. Para compreendermos o contexto de produção destas cantigas, cabe aqui definir como Afonso X entendia o ambiente de corte: como um ambiente político, pois como aponta Sodré, na segunda *Partida* de Afonso X a corte é definida como o lugar onde o rei, seus vassalos e seus oficiais se reúnem para deliberar o que é justiça. Um lugar onde se configura o modelo de comportamento, polo de ética e educação, enquanto no palácio se reúne o rei para deliberar assuntos de Estado, alimentar-se e distrair-se. O autor ressalta que o Rei Sábio, tentou tornar sua corte um lugar onde se equilibrassem os negócios de Estado e as suas alegrias²⁵ onde as cantigas se faziam onipresentes.

Era lá que Afonso X se relacionava com a sua nobreza, neste mesmo contexto onde pairava uma atmosfera de descontentamento e

²⁴ *Id.*, p. 56.

²⁵ *Id.*, p. 43.

revolta em virtude de sua política centralizadora. As *Cantigas* eram, portanto, uma importante ferramenta na mediação de conflitos entre a nobreza e o monarca, atuando em conjunto com a legislação e produção historiográfica, integrando-se então ao projeto de construção de uma identidade unificadora centrado na figura do Rei, propondo um conjunto de valores e modelos à nobreza, pois conforme interroga Fatima Regina Fernandes: o que se pode uma monarquia medieval, sem o apoio de sua sociedade política? ²⁶

Devemos lembrar que, nos séculos XII e XIII, grande parte dos recursos da nobreza provinha da Coroa, como o recebimento do soldo durante as campanhas militares. Era a Coroa também que fornecia à nobreza honras e funções de governo em certas circunscrições territoriais. No entanto, Adeline Rucquoi ressalta:

Para a nobreza o século XIII foi um período de crise e de readaptação. O fim das operações da Reconquista, teve como consequência o esgotamento desta fonte de proveitos que a guerra representava, prisioneiros, cavalo, gado. O poder real apoiado pelo direito romano acentuou sua centralização, enquanto o fim das grandes campanhas da reconquista tirava à nobreza a justificação fundamental de defensores.²⁷

²⁶ FERNANDES, Fátima Regina. O Poder do relato da Idade Média Portuguesa: A Batalha do Salado de 1340. In. GUIMARÃES, Marcella Lopes (org.) *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais* – Curitiba. Ed. UFPR, 2013.

²⁷ RUCQUOI, Adeline, *Op Cit*, p. 220.

Os anos de 1270 a 1330, imediatamente posteriores ao fim das operações de *Reconquista*, foram perturbados por múltiplas revoltas de nobres que tomaram partido dos membros das famílias reais contra os possuidores do poder central. Em 1282 em Castela a nobreza tomou partido do segundo filho de Afonso X, Sancho, em revolta contra seu pai. Apesar deste contexto conturbado de conflitos internos, é inegável que os reinados de Fernando III e Afonso X lançaram as bases da hegemonia castelhana na península. Marina Kleine reforça que Afonso X estabelecia uma relação de equivalência entre os poderes de imperador e do rei, tal como um imperador em seu reino, reivindicava para si o monopólio legislativo e utilizou todo o aparato ideológico para justificar sua atuação como legislador²⁸ recorrendo a juristas e especialistas em direito romano para redigir códigos de uso geral e celebrou frequentemente cortes que representavam todos os reinos, conflitando com os tradicionais *fueros* baseados nas sentenças dos juízes locais.

Nas últimas décadas do século XIII os legistas da corte de Afonso X de Castela sistematizaram no livro II, título 23 das *Siete Partidas*, as características e condições nas quais se devia fazer a

²⁸ KLEINE, Marina. “*O Fuero Real e o projeto político de Afonso X*. In. MULLET PEREIRA, Nilton; CROSSETTI DE ALMEIDA, Cybele; TEIXEIRA, Igor S. (org.). Reflexões sobre o medievo. Práticas e saberes no ocidente medieval. Oikos 2009. p.171.

guerra²⁹. Em suma, ela deveria ser movida contra os inimigos internos e externos que ameaçavam a estabilidade do reino e o projeto centralizador do Rei. Ainda assim, os nobres e as cidades se opunham tenazmente ao projeto Afonsino:

Los nobres y las ciudades se oponían tenazmente a los planes alfonsíes de reconstrucción y él mesmo abandono la guerra contra los musulmanes para intervenir em la política italiana. Descontentos com él y sin possibilidade de razziar la Andalucía muçulmana, los nobles caomenzaron a pelear entre sí. Lá guerra civil Llegaba a ser endémica a medida que la jefatura real iba volviéndose menos efectiva.
30

Mas não era somente através das leis que Afonso X visava consolidar seu projeto centralizador. As cantigas também desempenhavam um importante papel, conforme Paul Zumthor que destaca: “a maioria da nobreza do século XIII permanecia iletrada, em virtude dos tipos de saber exigidos por sua função e situação social, que nada tinham a ver com a prática da leitura”³¹. Ao realizar o levantamento de 32 canções de gesta, o autor se depara com um jargão

²⁹ MACEDO, José Rivair. *Op Cit.*

³⁰ LOMAX, D. W. *Op. Cit.*, p. 212.

³¹. ZUMTHOR, Paul – *A letra e a voz: A “literatura” medieval*/ Paul Zumthor; Tradução Amalio Pinheiro, Jerusa Pires Ferreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 107.

cavalheiresco: “o combatente tomado pela fadiga ou desânimo exorta-se a agir de modo que não seja cantada sobre ele uma canção ruim”³².

Evidente, portanto, que as cantigas influenciavam a conduta da nobreza guerreira e são uma fonte privilegiada para compreendermos as relações da nobreza com seu rei autor, que se utilizou dos recursos a seu alcance para construir uma unidade e centralidade do reino. A função política e lúdica das *Cantigas de Santa Maria* é evidenciada na CSM³³ 207, que narra um episódio onde um cavaleiro poupa o assassino (também cavaleiro) de seu filho:

*El avia un seu fillo que sabia mais amar
ca ssi, e un cavaleiro matou-llo. E con pesar
do fillo foi el prende-lo, e quisera-o matar
u el seu fillo matara, que lle non valvesse ren.
Se ome fezer de grado pola Virgen algun ben*³⁴

Neste trecho, o pai (cavaleiro) acometido pela tristeza poupa a vida do assassino, recebendo ao fim a gradidão da Virgem Maria. Apontamos que esta cantiga estabelece uma relação de fidelidade entre o cavaleiro e a Santa, atuando como um instrumento que visa educar os cavaleiros a conter seus instintos de vingança pessoal e canalizar a

³² *Id.* p. 37.

³³ Abreviatura corrente para *Cantiga de Santa Maria*.

³⁴ CSM 207

violência para guerra justa, por excelência, acompanhada de promessas espirituais, favorecendo a Reconquista que sacraliza o combate contra os infiéis.

Para Jacques Le Goff, a cristianização dos cavaleiros e, portanto, de sua identidade, foi marcada pelas insistentes referências a santos que lhe foram designados como padroeiros. Sobretudo São Jorge, o santo cavaleiro, cujo papel religioso e social foi frequentemente representando pelo episódio em que ele mata o dragão e salva a princesa³⁵, e Miguel Arcanjo, líder dos exércitos celestiais. Na Península Ibérica, as vitórias contra os mouros geralmente eram atribuídas a São Tiago, que teria aparecido miraculosamente em vários combates travados durante a Reconquista Cristã, sendo a partir de então apelidado de Matamoros.

Através do estudo das Cantigas de Afonso X, vemos que Santa Maria também assume essa atitude guerreira, o monarca se remete ao passado, ao narrar uma importante batalha da Reconquista, na CSM 63, onde a fé do cavaleiro triunfa sobre a coragem em consonância então como o projeto mariano e centralizador do rei.

Nesta narrativa o protagonista é um guerreiro ímpar que jamais quis ter paz com os mouros. Quando Almançor ataca São Estevão de Gormaz, guardada pelo Conde de Castela Don Garcia, o cavaleiro

³⁵ LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*, tradução de Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 p, 113.

oferece sua participação na hoste do conde para ir ferir os mouros. Antes de ir para batalha decide ouvir a missa que estava sendo ministrada em homenagem à Santa Maria, se arrepende dos pecados e assiste a mais duas missas, chegando então, atrasado para a batalha. O cavaleiro desesperado suplicando para que a Virgem o proteja da vergonha de falta ao combate, monta em seu cavalo e dirige-se rapidamente ao encontro do conde, que lhe diz:

*Ca se vos non fossedes, juro par Deus
que vençudos fomos eu e os meus;
mais tantos matastes vos dos mouros seus
del rei Almançor, que ss' ouv' a recreer³⁶.*

Este ponto da cantiga é surpreendente: o Conde parabeniza o cavaleiro pela decisiva e corajosa atuação em combate. Trata-se de um milagre, Santa Maria lutou pelo cavaleiro! Pois um guerreiro fiel à Virgem, logo, ao Rei, jamais poderia cair em vergonha. No medievo, a fama, a honra e a glória são de suma importância para os cavaleiros, a má fama e a humilhação, por faltar a batalha, beiravam ao insuportável.

Jean Flori cita o comportamento excessivo de Rolando, por exemplo, que podemos dizer comportava-se de maneira desmedida, recusava com horror tudo o que pode ser assimilado à covardia, defeito

³⁶ CSM 63

imperdoável dos cavaleiros prontos a tudo para que os jograis e os arautos de armas não possam “cantar uma canção ruim”³⁷. O bélico juntamente com a cultura cristã, constituiu um dos pilares definidores da cultura na Idade Média. As batalhas do medievo estamparam páginas de crônicas provenientes de diversas narrativas e relatos. Para Marcella Lopes Guimarães, escrever era afamar: para os homens que lutavam na sociedade medieval ter seu nome celebrado era em si um supremo valor³⁸. Esta importância das crônicas e cantigas como veículo para cristalização de modelos – valores e expectativas – no medievo, torna os usos de fontes desta natureza especialmente justificada para a pesquisa historiográfica.

A partir das cantigas trovadorescas é possível captar sutilezas do imaginário medieval e a tentativa de se revelar a construção de modelos, que só faria sentido se tivesse relação com a experiência de vida dos ouvintes. Mais do que isso, segundo José de Assunção Barros as cantigas desempenhavam uma função social e lúdica na sociedade de corte que emerge da sociedade medieval³⁹ onde se preza a contenção dos sentidos e a fidelidade acima de tudo. A CSM 22, por exemplo, narra a história de um camponês indefeso que é salvo pela Virgem

³⁷ FLORI, Jean. *A Cavalaria: A Origem dos nobres guerreiros da Idade Média*; tradução Eni Tenório dos Santos- São Paulo: Madras, 2005.

³⁸ GUIMARÃES, Marcella Lopes (org.) *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais* – Curitiba. Ed. UFPR, 2013, apresentação.

³⁹ BARROS, José D'Assunção. *Os trovadores medievais e o amor cortês – reflexões historiográficas* In: "Alethéia", UFG, Ano 1, vol.01, n°1, abril/maio de 2008.

Maria do ataque de cavaleiros chamados de covardes. Mais uma vez, nos deparamos com uma cantiga de tom moralista, que propõe a contenção dos instintos e da violência desmedida.

Já na CSM 235, nos deparamos com aspectos políticos mais evidentes desta produção poética, através de uma narrativa onde o Rei Afonso X muito doente é atacado por uma conspiração de nobres com o intento de destroná-lo. O rei, no entanto, é curado miraculosamente pela Virgem que o consola, garantindo-lhe que irá frustrar os homens desleais que não souberam retribuir sua generosidade:

*E demais, sen tod' aquesto, fazendo-lles muito ben,
o que lle pouco graçian e non tyan en ren;
mais conortou-o a Virgen dizendo: «Non dés poren
nulla cousa, ca seu feito destes é mui desleal.
Como agradecer ben-feito é cousa que muito val...*

*Mas eu o desfarei todo o que eles van ordir,
que aquilo que desejam nunca o possan conprir;
ca meu Fillo Jhesu-Christo sabor á de sse servir,
e d'oi mais mui ben te guarda de gran pecado mortal.»
Como agradecer ben-feito é cousa que muito val...*

*Tod' aquesto fez a Virgen, ca deles ben o vingou;
e depois, quand' en Requena este Rey mal enfermou,
u cuidavan que morresse, daquel mal ben o sãou;
fez por el este miragre que foi começ' e sinal
Como agradecer ben-feito é cousa que muito val...*⁴⁰

⁴⁰ CSM 235.

Mais uma vez o rei como trovador estabelece uma relação de fidelidade com a Virgem que o vinga da ingratidão e deslealdade da nobreza. Por meio das cantigas o rei divulgava sua cumplicidade com a Santa, fator de peso numa sociedade onde todos estavam convencidos de que apenas as potências celestes proporcionavam a vitória. A presença das relíquias dos santos e de seus estandartes nos campos de batalha testemunham no mesmo sentido a certeza que têm os cavaleiros (dos dois lados, geralmente) de combater por uma causa justa⁴¹.

As *Cantigas de Santa Maria*, não traduzem o mundo tal como era, mas revelam modelos e símbolos importantes para compreensão do exercício do poder no contexto histórico do reinado de Afonso X. Refletem a inquietação de um monarca que não hesitou em se utilizar de seus trovadores como uma forma de poder político e para lançar uma série de críticas a nobreza guerreira. Possivelmente essa preocupação de Afonso X para com a fidelidade de seus vassalos teve voz nas cantigas, que informavam os cavaleiros a conduta mais adequada à posição que ocupavam, contribuindo para a construção de modelos e inclusive de uma identidade.

A estas reflexões adicionamos a contribuição dos estudos de Manuel Pedro Ferreira, que analisa a participação musical do Rei Sábio como compositor de melodias. Para o autor, Afonso X foi um dos responsáveis por adicionar ao canto europeu a forma da música

⁴¹ FLORI, Jean. *Op. Cit.*, p, 92.

andaluza. O monarca impôs ao círculo palaciano suas excêntricas preferências pessoais que refletiam o isolamento político durante as últimas décadas do seu reinado. O Rei, como compositor, recorria a uma variedade de tipos melódicos que, rara no canto gregoriano, tornou-se comum na tradição trovadoresca europeia a partir do século XIII. Ferreira ressalta que Afonso X era um rei teimoso e incompreendido, instigador de uma confluência palaciana entre cultura islâmica e cultura cristã, a qual na sua excepcionalidade cuidou de dar expressão monumental⁴².

Estas considerações do autor sobre a música vão ao encontro dos estudos de Aline Dias da Silveira, para a qual a música, dança e costumes de modo geral assumem uma forma fluida na zona de fronteira, não mais estabelecendo identidades⁴³. Evidenciamos aqui, portanto, a tensão existente entre o projeto centralizador régio de construção de uma identidade única do reino (pautada num passado comum, guerras da Reconquista, crônicas e cantigas) e a pluralidade cultural da península (presente na melodia das mesmas cantigas e nas diversas traduções idealizadas pelo Rei). Percebemos então, que ao

⁴² FERREIRA, Manuel Pedro. *Alfonso X Compositor*. Alcanate, Revista de Estudios Alfonsíes V. V Semana de Estudios Alfonsíes. 2006- 2007 . El puerto de Santa María.

⁴³ SILVEIRA, Aline Dias da. FRONTEIRAS DA TOLERÂNCIA E IDENTIDADES NA CASTELA DE AFONSO X. In. FERNANDES, Fátima Regina (Coord.) **Identities e Fronteiras no Medievo Ibérico**. Curitiba: Editora Juruá, 2013.

mesmo tempo em que Afonso X tentava construir uma unidade em seu reino, ele mesmo estava inserido num ambiente plural que não se encaixava em seu projeto centralizador.

Referências:

Fontes:

Alfonso X el Sabio. Cueto, L.A.d,Ribera, J., & Real Academia Española (1889). **Cantigas de Santa Maria**, Madrid, 1990.

<http://www.dominiopublico.gov.br>. Acessado em 01/01/2015

Bibliografia:

BARROS, José d' Assunção. **Diálogo entre dois cancioneiros. O trovadorismo galego-português nos séculos XIII e XIV**. In: REVISTA LETRA MAGNA. Revista eletrônica de divulgação científica em língua portuguesa, Lingüística e literatura – ano 02 – n. 03, 2º semestre de 2005.

_____. **Os trovadores medievais e o amor cortês – reflexões historiográficas** In: "Alethéia", UFG, Ano 1, vol.01, nº1, abril/maio de 2008

FERNANDES, Fátima Regina (Coord.) **Identidades e Fronteiras no Medievo Ibérico**. Curitiba: Editora Juruá, 2013

FERREIRA, Manuel Pedro. **Alfonso X Compositor**. Alcanate , Revista de Estudios Alfonsíes V. V Semana de Estudios Alfonsíes. 2006- 2007 . El puerto de Santa María

FLORI, Jean. **A Cavalaria: A Origem dos nobres guerreiros da Idade Média**; tradução Eni Tenório dos Santos- São Paulo: Madras, 2005.

GUIMARÃES, Marcella Lopes (org.) **Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais** – Curitiba. Ed. UFPR, 2013

JIMÉNEZ, Manuel Gonzalez. **ALFONSO X EL SÁBIO**. Editorial Ariel, S.A., Barcelona., 2004. Ariel biografías. 1ª. ed., 2ª. imp. edición.

KLEINE, Marina. **El rey que es fermosura de Espanna**: as concepções do poder real na obra de Afonso X de Castela. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Jose Rivair Macedo.

_____. **“O Fuero Real e o projeto político de Afonso X**. In. MULLET PEREIRA, Nilton; CROSSETTI DE ALMEIDA, Cybele; TEIXEIRA, Igor S. (org.). Reflexões sobre o medievo. Práticas e saberes no ocidente medieval. Oikos 2009.

LOMAX, D. W. **La Reconquista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**, tradução de Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RUCQUOI, Adeline, **História Medieval da Península Ibérica**. Trad. Lisboa: Estampa, 1995.

SILVEIRA, Aline dias da. **Política e convivência entre cristãos e muçulmanos nas Cantigas de Santa Maria**. In: PEREIRA, Nilton M., CROSSETTI, Cybele de A., TEIXEIRA, Igor S. Reflexões sobre o medievo. GT Estudos Medievais/ ANPUH-RS. São Leopoldo (RS): Oikos, 2009.

SODRÉ, Paulo Roberto, 1962 – **O riso no jogo e o jogo do riso na sátira galego portuguesa** – Vitória: EDUFES, 2010.

ZUMTHOR, Paul – **A letra e a voz: A “literatura” medieval**/ Paul Zumthor ; Tradução Amalio Pinheiro, Jerusa Pires Ferreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Impressões de Leitura

Florestan Fernandes: A função social da guerra na sociedade Tupinambá

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá (1920-1995)*. Prefácio Roque de Barros Laraia. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.

Douglas Menezes de Oliveira¹

O sociólogo Florestan Fernandes nasceu em São Paulo no dia 22 de julho de 1920. Formou-se em Ciências Sociais em 1943 pela Universidade de São Paulo (USP), onde obteve a licenciatura em 1944. No ano de 1946, tornou-se mestre em Ciências Sociais (antropologia) pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, com a dissertação *A organização social dos Tupinambá*. Em 1951, tornou-se doutor em Ciências Sociais (sociologia) pela Universidade de São Paulo (USP), defendeu a seguinte tese: *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, publicado no ano de 1952, sendo que no ano de 1953, tornou-se livre docente da cadeira de Sociologia I pela USP. (p.591).

¹ Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS/Amambai). Bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência- PIBID. Endereço para correspondência: Rua: Dionísio Lopes, 40- Bairro Vila Caiuas, Amambai/MS. E-mail: menezes.1995@hotmail.com.

A presente obra intitulada *A função social da guerra na sociedade tupinambá* se insere no âmbito da Antropologia Social, foi redigida por um dos maiores renomados autores da sociologia e da antropologia brasileira pós-moderna Florestan Fernandes. Sendo um dos resultados da primeira fase de sua carreira acadêmica. Fase na qual os sociólogos estavam acostumados com a devida orientação das análises marxistas. (p.11).

Florestan Fernandes em sua obra, retrata que a *guerra dos tupinambá*, que intrigou o imaginário europeu por entrelaçar vingança e canibalismo, ou seja, o ritual antropofágico, torna-se um fato social total. Pois o autor elabora subsídios para sustentar o plano de interpretação e explicação da sua repercussão na estrutura psíquica dos Tupinambás para análise da estrutura social e política desta sociedade.

A estrutura da obra de Florestan Fernandes está dividido em três momentos, sendo, portanto uma minuciosa etnografia da cultura material bélica. No primeiro instante, são elaboradas as técnicas de luta à mão de armada e as técnicas de organização social. No segundo momento são ressaltadas as relações de guerras com os mecanismos tribais e controle social e a necessidade da guerra. E por fim, os principais resultados da investigação empreendidos, por viés do conhecimento da guerra, ou seja, relacionando com a teoria sociológica da guerra.

Segundo Florestan Fernandes, em a *tecnologia guerreira*, o autor nos apresenta uma análise dos aspectos guerreiros dos sistemas tecnológicos dos tupinambás. Entretanto “as armas constituem os instrumentos materiais de combate: os artefatos por cujo intermédio os grupos antagônicos em luta decidem de fato o curso militar da guerra”. (p.38). Neste sentido, as armas de tiro mais provenientes utilizados pelos tupinambás era de fato o arco e a flecha. (p.40)

Florestan Fernandes nos informa também, que nos períodos de guerra “[...] os tupinambá incendiavam as aldeias de seus adversários, atirando sobre suas cabanas flechas em cuja ponta ardia uma mecha de algodão”. (p.41).

Em se tratando de armas e flechas incendiárias, o principal objetivo era atear fogo sobre as chaças. Todavia, além das flechas incendiárias, os tupinambás possuíam outros artefatos para o uso de armas ofensivas, como *gases nocivos* (fumaça de pimenta). (p.43).

As armas defensivas, o autor nos relata que “os tupinambá conheciam dois tipo de arma de proteção: o escudo, utilizado como meio de proteção pessoal pelos guerreiros, e a paliçada, por cujo intermédio conseguiam alguma segurança coletiva contra as armas de tiro dos inimigos [...]”. (p.49). Contudo, a intenção dos confrontos denominados como guerra tribal, como os povos inimigos, era manutenção do equilíbrio cultural e demográfico.

Em *os mecanismos tribais de controle social e a guerra*, Florestan Fernandes, nos elenca que a formação da guerra ou os desencadeamentos para os conflitos, surgem de uma “atividade masculina”, principalmente na sociedade tupinambá, podendo-se destacar que a guerra é provocada pelos homens ditos “militares” e não pelas mulheres. (p.180).

De acordo com Florestan Fernandes, após os combates entre os guerreiros inimigos, os homens vitoriosos tinham como papel fundamental com os prisioneiros, a execução dos rituais de recepção e as cerimônias antropofágicas. (p.180).

Conforme, Fernandes aponte que “quanto à função do sacrifício, convém notar que o que interessa aqui é a função social que ele desempenhava graças à forma de sua integração na vida social dos adultos, ou seja, a função que ele preenchia em sua conexão específica de cotidianização diferenciadora do carisma”. (p.251). Entretanto, segundo Florestan Fernandes, a guerra contribuirá para estabelecer e manter o controle e a estrutura social e o seu devido ritmo de funcionamento na sociedade tupinambá.

As considerações finais acerca da obra, nos evidencia um impasse destacando a extrema dificuldade de se realizar um estudo, focando em uma reconstrução e análise sociológica, tendo em vista que a sociedade Tupinambá havia se tornada extinta, uma vez que está existiu no Brasil de 1500 a 1600. A pesquisa de Florestan Fernandes

tornou-se respeitada por muitos, pois a conclusão de seu estudo era considerada impossível de se concretizar, devido a uma série de dificuldades enfrentadas pela falta de fontes decorrentes da extinção de praticamente todas as informações que demonstrassem como esta sociedade se organizava. Em sua pesquisa acerca da função social da guerra dos Tupinambá, Florestan Fernandes nos apresentou a condição da guerra como mecanismo de reprodução da sociedade e de conservação do equilíbrio cultural destes. No entanto a influência europeia deixada no Brasil, e também pelo catolicismo aqui inserido por estes, contribui para que se tornem poucos os relatos a respeito da guerra e dos rituais antropofágicos. Tendo em vista que a guerra era um meio de negociação para a sociedade Tupinambá, deste modo um choque cultural decorrente da guerra aponte para o enfraquecimento social desta sociedade sendo está uma de suas características mais relevantes.

Contudo, Florestan Fernandes elaborou grandes contribuições teóricas para a sociologia brasileira e para a antropologia social, com suas análises da *Revolução Burguesa no Brasil* e *A função social da guerra na sociedade tupinambá* como uma análise metodológica funcionalista e etnográfica, e se tornando assim, um dos maiores sociólogos brasileiros e um grande referencial teórico para os pesquisadores.

Revista Vernáculo, nº35

1º sem/2015

Publicado em Fevereiro de 2015.

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>